O FEVEREIRO DE 1948 NA CHECOSLOVÁQUIA

O FEVEREIRO DE 1948
NA CHECOSLOVÁQUIA

Miroslav Bouček
Miloslav Klimeš

O FEVEREIRO DE 1948 NA CHECOSLOVÁQUIA

Agência de Imprensa Orbis
Praga 1984

Agência de Imprensa Orbis, Praga 1984

PREFÁCIO

Poucos acontecimentos, da história mais recente da Checoslováquia, são tão importantes como os de Fevereiro de 1948, que abriram definitivamente a via para o socialismo às nações Checa e Eslovaca. O caminho que levou à vitória decisiva da classe operária checoslovaca sobre a burguesia — ou seja à tomada pacífica do poder, pela via constitucional, parlamentar e democrática, por intermédio da Frente Nacional — constitui uma experiência revolucionária muito interessante, numa época em que o desenvolvimento do processo revolucionário à escala mundial levanta, em diversos países, o problema da realização prática da passagem do capitalismo para o socialismo.

Os ensinamentos obtidos com a Revolução Checoslovaca de 1944—48 constituem, para o movimento comunista internacional, não sómente uma preciosa experiência, adquirida no quadro nacional, mas também um contributo

que demonstra o que há de geral e também de específico no desenvolvimento de cada revolução socialista.

Não é por acaso que os acontecimentos checoslovacos de Fevereiro de 1948 figuram, há mais de 30 anos, no programa da propaganda anti-comunista burguesa. Com efeito, a Checoslováquia foi o primeiro, de entre os países possuidores de uma indústria desenvolvida e de ricas tradições democráticas burguesas, a enveredar pela via do socialismo; além do mais, a Checoslováquia estava estreitamente ligada, sob o ponto de vista político e económico, aos países capitalistas. Pelo facto de se ter tornado parte integrante da comunidade socialista deixou, definitivamente, de servir como instrumento das manipulações imperialistas na Europa.

A vitória da classe operária checoslovaca e da revolução socialista é um papão que assusta a burguesia mundial, que nela vê um exemplo perigoso para as massas trabalhadoras dos países ainda sob o domínio burguês.

Por isso os seus representantes políticos e ideológicos deformam e caluniam continuamente o Fevereiro de 1948: no entanto, essa forma de agir não faz mais do que lembrar e sublinhar, sistemáticamente, o grande significado histórico de Fevereiro de 1948, como um movimento importante da luta pela libertação da classe operária e dos outros trabalhadores checoslovacos.

I. A CHECOSLOVÁQUIA NO PERÍODO DE 1944 A 1947

Desde os finais do século XIX que o socialismo constituiu uma componente importante da consciência política da classe operária e de uma parte considerável das outras massas trabalhadoras. Por isso o próprio nascimento da Checoslováquia independente, em 1918, suscitou já uma grande esperança: pareceria com efeito que as aspirações, de numerosas gerações de Checos e Eslovacos, poderiam enfim ser realizadas. Mas, em consequência da estreiteza da sua política de classe, a burguesia, que havia tomado as rédeas do poder no novo Estado, não estava em condições de resolver qualquer dos problemas fundamentais que se apresentavam ao país, fossem eles a questão do pleno emprego e os problemas sociais em geral, a questão de uma regulamentação justa e equitativa das relações entre as nacionalidades, ou por fim — em consequência da orientação da sua política externa — o problema de uma protecção eficaz da independência nacional. Os vinte anos

de governação política da burguesia levaram a Checoslováquia, literalmente, à beira do abismo.

A Conferência de Munique dos representantes das quatro potências, a Alemanha nazi, a Itália fascista, a França e a Grã-Bretanha, que teve lugar de 29 a 30 de Setembro de 1938, marcou o início da liquidação da Checoslováquia de antes-da-guerra, foi dela que resultou a anexação dos territórios fronteiriços Checos pela Alemanha hitleriana. A essa Conferência seguiu-se, pouco depois, a chamada «Arbitragem de Viena», onde decidiram anexar à Hungria os territórios do Sul da Eslováquia. Em 14 de Março de 1939 foi criado, sob a égide da Alemanha hitleriana, o Estado clero-fascista Eslovaco e a 15 de Março de 1939, o exército Alemão ocupou os países Checos. A Checoslováquia, momentaneamente, deixava de existir.

Munique e a subsequente ocupação da Checoslováquia foram, sobretudo, o resultado da política agressora da Alemanha fascista; no entanto, o «mérito» revertia, numa certa medida, às próprias potências imperialistas ocidentais que, animadas pelo desejo de dirigir a agressividade hitleriana para Leste, não hesitaram em traír o seu aliado Checoslovaco. Munique e a ocupação demonstraram a traição da burguesia Checoslovaca, como classe, e o espírito capitulacionista dos seus representantes políticos. Uma parte da responsabilidade de Munique e da ocupação nazi recaiu, também, sobre os partidos reformistas — a social democracia e o partido socialista nacional — cujos leaders de direita tudo fizeram para impedir a classe operária de proceder de maneira concertada; pelo seu oportunismo, esses partidos fizeram, na realidade, o jogo da burguesia. A única força que lutou consequentemente contra a burguesia e a traição, em prol dos interesses de todos os trabalhadores, foi a classe operária, tendo à frente o Partido Comunista da Checoslováquia: até ao último momento, ela lutou pela salvaguarda e a defesa da república e fez todo o possível para evitar a catástrofe. Enquanto no interior do país sómente o Partido Comunista saiu com honra dos anos críticos de 1938—1939, de entre os aliados externos sómente a União Soviética continuou fiel aos seus compromissos para com a Checoslováquia aliada.

Um pouco antes da Conferência de Munique, em Setembro de 1938, a URSS tinha, por várias vezes, oferecido à Checoslováquia uma ajuda militar unilateral, mesmo no caso da França se recusar a vir em auxílio do nosso país, apesar de anteriormente a União Soviética estar, contratualmente, condicionada pela intervenção da França. Quando, em Março de 1939, a Alemanha nazi desagregou completamente a Checoslováquia, o governo soviético declarou que não poderia, em caso algum, considerar esse acto de violência como válido no âmbito do direito internacional, pois havia sido cometido através da agressão e em contradição com a vontade do povo Checoslovaco.

A lição histórica, retirada do período da república de antes-de-Munique, da vergonhosa capitulação da burguesia Checoslovaca e da ocupação hitleriana do país, influenciou considerávelmente a posterior evolução da Checoslováquia.

Na luta pela libertação nacional o papel decisivo foi, desde logo, desempenhado pela classe operária e o Partido Comunista, que assim conquistaram a posição predominante no seio da Frente Nacional anti-fascista, no seu conjunto. Na sua luta pela libertação nacional, as forças revolucionárias do nosso povo inspiraram-se intensamente na vitoriosa luta heróica da União Soviética contra os invasores fascistas: por isso também, os povos Checo e Eslovaco, no momento em que decidiram do futuro carácter da república libertada, pronunciaram-se unanimemente pela democracia e o socialismo. O que era absolutamente lógico, pois a experiência adquirida durante a época da república

burguesa de antes-de-Munique foi para eles um sério aviso. Foi, portanto, absolutamente natural que, no decurso da posterior evolução, as massas trabalhadoras tenham enérgicamente rejeitado todos os projectos que visassem fazer da Checoslováquia de após-guerra um Estado burguês, ainda que grandemente reformado, como preconizava a representação Checoslovaca em Londres, e, que a vitória tenha cabido à linha revolucionária do Partido Comunista, que havia sido o único a sair com honra das duras provas a que o país tinha estado exposto durante a guerra e os anos de ocupação.

O avanço triunfal do Exército Soviético ainda mais intensificou, nos finais da guerra, a luta pela libertação nacional dos povos Checo e Eslovaco. À medida que os exércitos soviéticos se aproximavam da fronteira checoslovaca, essa luta pela libertação nacional transformou-se em revolução nacional e democrática anti-fascista, cujo objectivo era ajudar a libertação da Pátria das mãos dos ocupantes fascistas, punir os traidores e colaboradores, lançar os fundamentos de uma nova República Checoslovaca democrática e popular e fazê-la enveredar progressivamente, na via da edificação socialista.

A marcha evolutiva da revolução nacional e democrática na Checoslováquia começou, em 29 de Agosto de 1944, quando da eclosão da Insurreição Nacional Eslovaca e a sua primeira etapa culminou após o Levantamento de Maio do povo Checo en 1945.

A revolução começou pela expulsão, à força, dos ocupantes e o seu dinamismo aumentou, a par e passo, com o processo de libertação definitiva do nosso território, levado a cabo pelo Exército Soviético. Foi muito favorável, para esta primeira fase da revolução, o facto de, nas relações entre as potências vitoriosas da coligação anti-fascista, predominarem ainda, em 1945, as tendências de

cooperação, como haviam sido formuladas aquando das Conferências de Yalta e de Potsdam. A liquidação do Fascismo e dos seus respectivos orgãos de poder pelas forças armadas aliadas, reforçou a unidade revolucionária nacional do povo, e permitiu aos orgãos revolucionários tomarem entre as suas mãos todo o poder no país. Ao mesmo tempo, o carácter profundamente anti-fascista da revolução manifestava-se nas modificações e intervenções estruturais radicais, no conjunto do sistema político e económico da Checoslováquia. O poder político, na sua totalidade, passou das mãos da antiga administração pública para as mãos dos Comités Nacionais, à frente dos quais se encontravam verdadeiros anti-fascistas e combatentes, que haviam participado activamente na luta pela libertação nacional. Os Comités Nacionais efectuaram imediatamente uma purga radical, no decorrer da qual foram eliminados da vida pública todos os ocupantes, traidores e colaboradores, cujos bens foram confiados às administrações nacionais. Ao mesmo tempo, os Comités Nacionais lançaram-se à realização da reforma agrária. Todas essas disposições, de carácter anti-fascista e democrático, assim como muitas outras ainda, tinham sido formuladas no Programa Governamental de Košice, o qual foi solenemente proclamado a 5 de Abril de 1945, em Košice, em território da República Checoslovaca libertada. Este programa formulava as exigências fundamentais, decorrentes da lição que os nossos povos haviam tirado da época da primeira república burguesa e da luta pela libertação nacional. Na sua política externa, a nova República democrática popular decidia, futuramente, apoiar-se na União Soviética, e, na política interna, decidiu operar profundas transformações democráticas. O dito Programa teve a aprovoção de todas as forças políticas que haviam participado activamente na luta pela libertação nacional. Nos finais da guerra, quatro partidos

políticos Checos e dois partidos políticos Eslovacos formaram a Frente Nacional dos Checos e dos Eslovacos. Nos países Checos esses partidos foram, o Partido Comunista da Checoslováquia, o Partido Social Democrata Checoslovaco, o Partido Socialista Nacional Checoslovaco e o Partido Popular Checoslovaco, e, na Eslováquia, o Partido Comunista da Eslováquia e o Partido Democrático.

A Frente Nacional era uma aliança que reunia todas as camadas do povo, com excepção da grande burguesia. A sua principal força era a classe operária em aliança com o campesinato. Desde o início a Frente Nacional procurou orientar o país para o socialismo. Esta orientação, na via do socialismo, foi aceite por todos os partidos políticos, que haviam assinado o dito Programa Governamental de Košice, na parte final do qual o governo havia declarado o seguinte:

«Há, no entanto, uma coisa que o novo governo pode, agora e desde já, prometer ao nosso povo, esteja ele organizado num ou noutro partido da Frente, a saber: que o governo procurará cumprir, com todo o seu ânimo e confiança, o Programa adoptado, que o governo respeitará, sempre e em toda a parte, a vontade e os interesses dos nossos povos e que não admitirá que os interesses egoístas de elementos e grupos parasitários predominem, na República libertada, sobre os interesses das massas trabalhadoras das cidades e dos campos.»[1]

Os comunistas tinham consciência de que a aprovação unânime desse Programa por todos os partidos políticos e seus representantes era devida, acima de tudo, à situação revolucionária geral de então, caracterizada por um possante incremento da revolução nacional democrática. Já nessa

[1] Programa do primeiro governo Checoslovaco, do interior da Frente Nacional dos Checos e dos Eslovacos, Praga 1945, página 29

época, os comunistas sabiam muito bem que os elementos burgueses que, em consequência das suas atitudes anti-fascistas, ainda participavam no poder tentariam, tarde ou cedo, restabelecer a situação dos anos 1918—1920 e retomar nas suas mãos os destinos do país: pois, não deve esquecer-se que, com excepção do Partido Comunista, todos os outros partidos políticos da Frente Nacional faziam, anteriormente, parte do sistema governamental burguês e das coligações governamentais de antes-de-Munique. E, se bem que a direcção desses partidos tivesse, na sua maior parte, passado durante a guerra para as mãos de novos dirigentes (isto aplicava-se mais à social democracia e menos ao partido popular), era quase certo que a pressão dos velhos leaders e o afluxo dos velhos membros e funcionários dos partidos de antes-da-guerra, não substituidos em razão de traição ou de colaboração, conduziriam esses partidos a um deslizamento paulatino para a direita e a novos esforços pelo restabelecimento de um regime demo-burguês.

Tendo em conta a situação política geral, tanto no plano internacional como no plano interno do país, o Partido Comunista da Checoslováquia decidiu empenhar-se na via da passagem sucessiva para o socialismo. O Partido Comunista aplicava, de uma forma criadora, a teoria leninista da passagem progressiva da revolução democrática para a revolução socialista. Os comunistas tinham a convicção plena de que as massas trabalhadoras se aperceberiam, pouco a pouco, pela sua própria experiência, dos objectivos reais visados por cada partido, por si só, e que elas apoiariam, de um modo cada vez mais amplo, o Programa do Partido Comunista, o que permitiria a este último ganhar, através da sua política consequente, a maioria dos nossos dois povos. A revolução nacional e democrática marcava, assim, o ponto de partida para a revolução socialista.

O sistema político de uma democracia popular, na Checoslováquia, baseou-se na Frente Nacional dos Checos e Eslovacos, no seio da qual as actividades políticas só podiam, no entanto, ser exercidas por todas as forças anti-fascistas. Esta Frente Nacional respeitava os princípios dos acordos mútuos. Esses acordos, para terem obrigatoriedade, deveriam ser adoptados por unanimidade. Razão pela qual a cooperação dos partidos políticos pôde ser organizada, de início, na base da sua representação partidária nos orgãos do Estado. A Frente Nacional rejeitou, assim, o princípio básico do parlamentarismo burguês — o sistema dos partidos governamentais e dos partidos de oposição. Por isso, nenhum dos partidos englobados no seio da Frente Nacional — os quais eram desde o início partidos governamentais — podia fazer oposição ao Programa, uma vez que este havia sido adoptado por comum acordo. Para fundar um novo partido seria necessária a aprovação da Frente Nacional, no seu todo, e cada novo partido deveria, obrigatóriamente, aderir à Frente Nacional, exprimir a sua concordância com o Programa desta última e ajudar activamente a realizá-lo. Esta disposição abafava no ovo, toda e qualquer tentativa, da reacção burguesa, de renascimento legal dos partidos interditos e todo e qualquer ensaio de fundação de partidos oposicionistas.

A Frente Nacional não era, no entanto, uma simples coligação de partidos políticos, a par dos quais se desenvolveu na vida política uma viva actividade das organizações sociais de massas: de entre as quais, a mais importante no plano político, a mais numerosa e a mais progressista era o Movimento Sindical Revolucionário. A unificação dos Sindicatos, nos quais os comunistas estavam representados por muitos trabalhadores dos mais experimentados, tendo à frente A. Zápotocký e F. Zupka, foi um grande triunfo histórico da classe operária pois, essa unificação, suprimiu

a anterior dispersão que, durante a república burguesa, enfraquecia a classe operária. O Movimento Sindical Revolucionário tornou-se, assim, num possante orgão do poder operário. Entre outras organizações sociais de massas, que desempenhavam um papel importante, estavam as uniões nacionais de camponeses, da juventude, das mulheres, etc. Dado que os comunistas exerciam uma influência decisiva no seio da maioria dessas organizações, o Partido Comunista da Checoslováquia influia, através delas, sobre largas camadas da população e, ao mesmo tempo, sobre os outros partidos políticos.

O novo regime de democracia popular baseava-se, na realidade, na Constituição Checoslovaca de 1920 mas, desde o princípio que denotava um caracter novo, pelo qual diferia diametralmente da democracia burguesa parlamentar de antes-de-Munique. O poder executivo passou para as mãos do governo da Frente Nacional dos Checos e Eslovacos e dos orgãos nacionais; nas regiões, distritos e comunas o poder passou para os comités nacionais como orgãos do poder e de administração do Estado. Os representantes da burguesia, em certos partidos políticos da Frente Nacional, tentavam desacreditar a actividade dos comités nacionais, que gostariam de ver como orgãos provisórios. Desejavam que os comités nacionais fossem rápidamente dissolvidos, como havia acontecido após a Primeira Guerra Mundial, e que as suas funções voltassem a ser exercidas por uma Administração burocrática. Mas não tinham força suficiente para tal. Não conseguiram sequer limitar a competência dos comités nacionais, para os transformarem em simples orgãos encarregados da administração das comunas. Com o apoio da maioria dos trabalhadores, os comunistas conseguiram manter a sua posição predominante nesses orgãos e conservar-lhes a sua competência e a sua missão. Nos comités nacionais e nos

conselhos de empresa, instituidos pelos operários e os outros empregados, nas fábricas e manufacturas particulares, os povos Checo e Eslovaco criaram uma nova forma de orgãos representativos revolucionários.

O papel decisivo dos comunistas no governo, nos orgãos nacionais Checoslovacos e nos comités nacionais, encontrou a sua expressão logo na formação dos novos serviços de Segurança e do exército. A antiga polícia e todo o aparelho policial, esses antigos principais pilares de apoio da burguesia, foram dissolvidos e, em seu lugar, criou-se o Corpo de Segurança Nacional, cujos membros foram, principalmente, recrutados entre os antigos guerrilheiros, os combatentes da Resistência e os participantes directos nas acções insurreccionais contra os ocupantes. O exército também se tornou, nessa época, num componente popular das forças armadas: o seu núcleo era constituido por membros do antigo corpo do exército checoslovaco, formado na URSS e de outras unidades militares que haviam tomado parte na Resistência externa.

A questão das nacionalidades foi, também, resolvida no espírito da revolução nacional e demorcrática. A república democrática popular estabeleceu uma igualdade absoluta de direitos dos povos Checo e Eslovaco e reconheceu o direito à autodeterminação da Ucrânia Subcarpática que, de acordo com a vontade do seu povo, se juntou à República Socialista Soviética da Ucrânia. Foi adoptada uma atitude diferente quanto à população alemã, a qual, na sua maioria, havia adoptado a ideologia fascista e participado activamente na fragmentação e ocupação da Checoslováquia. Na base da decisão da conferência de Potsdam, a maioria dos Alemães da Checoslováquia foi transferida para a Alemanha. O problema dos Húngaros da Checoslováquia foi resolvido em duas etapas: primeiro foi efectuada a transferência mútua das minorias entre os dois países e,

mais tarde, foram concedidos todos os direitos civis aos oriundos Húngaros vivendo em território Checoslovaco.

Em simultâneo com a evolução da democratização geral da vida pública, que visava a destruição do aparelho de Estado dos ocupantes e a criação de novos orgãos do poder e da administração pública, a revolução realizou vastas e profundas transformações sócio-económicas. A Checoslováquia era, já antes da Segunda Guerra Mundial, um dos países capitalistas mais evoluídos do mundo. A sua vida económica era caracterizada por um alto grau de concentração, de centralização e monopolização. O capital financeiro não só exercia controlo sobre a indústria e o comércio como também sobre o sector agrícola. O confisco de todos os bens dos ocupantes e colaboradores permitiu iniciar a primeira etapa de reforma agrária e estabelecer as administrações nacionais[1/] em todas as empresas nacionais de alguma importância. Passavam, assim, para a gestão e controlo do Estado, nomeadamente, toda a indústria pesada, os bancos, as finanças e cerca de 3 milhões de hectares de terras.

Foi de uma grande importância, para a consolidação da aliança entre os operários e os camponeses, a realização consequente da reforma agrária, cuja primeira fase foi iniciada em Junho de 1945, com o repovoamento das terras confiscadas. De acordo com a exigência dos comunistas, a terra agrícola foi distribuída, em lotes máximos de 10 a 13 hectares, aos pequenos agricultores e camponeses sem terras. Essa distribuição foi feita pelos comités nacionais em cooperação com as comissões camponesas, onde estavam

---

1/ Em virtude do decreto sobre as Administrações nacionais, os administradores nacionais foram nomeados pelos conselhos de empresa que cooperaram para esse efeito com os comités nacionais; nas grandes empresas em cooperação com os ministérios.

representados os próprios solicitadores de terras. A burguesia, que tencionava utilizar essas terras para a criação de novas grandes propriedades agrícolas privadas, sofreu assim uma nova derrota.

A realização do Programa Governamental de Košice contribuiu para a consolidação política e económica da república democrática popular e criou as condições para um novo aprofundamento da revolução. Em Julho de 1945 o Partido Comunista da Checoslováquia formulou a exigência da nacionalização da banca, seguros, minas, sectores chave da indústria e de todas as empresas de mais de 500 trabalhadores. Esta exigência das nacionalizações era ditada pela necessidade de liquidar as bases económicas dos traidores e colaboradores, responsáveis de Munique, e assegurar a evolução progressiva do país para o socialismo. Os representantes burgueses, no seio dos partidos políticos da Frente Nacional, não ousaram recusar, claramente, estas exigências, mas esforçavam-se por diferir e limitar ao máximo as nacionalizações, cujos principais defensores eram os operários e a maioria dos outros trabalhadores assalariados. As suas pressões sobre o governo aumentavam incessantemente, todos os dias: milhares de resoluções, centenas de reuniões e manifestações, dezenas de delegações, de assalariados de todos os cantos do país, exigiam a nacionalização imediata, o que obrigou, finalmente, as direcções dos partidos políticos não-comunistas, a aceitarem o projecto de nacionalização. Sob a pressão simultânea dos comunistas no governo (pressão de cima) e das massas populares unificadas e firmemente resolutas (pressão das bases), o governo teve que acelerar as negociações sobre os projectos dos decretos de nacionalização. Em 24 de Outubro de 1945, esses decretos foram assinados pelo presidente E. Beneš e no dia seguinte, 25 de

Outubro, foram solenemente promulgadas durante uma poderosa manifestação dos trabalhadores de Praga.

A nacionalização abrangia todas as empresas de mais de 500 pessoas e alguns importantes estabelecimentos contando mais de 150 empregados. As minas e a indústria metalúrgica foram nacionalizadas a 100 %, o sector energético a 99 %, a indústria química a 77 %, a indústria dos metais a 73 %, etc. As empresas nacionalizadas empregavam 62 % da mão-de-obra industrial.

A nacionalização liquidou, práticamente, o capital monopolista e financeiro e suprimiu os grupos e trusts monopolistas. Simultaneamente, libertou a Checoslováquia da influência do grande capital estrangeiro e criou uma possante base económica para a passagem progressiva, da revolução nacional democrática, à revolução Socialista. Pela sua amplitude, foi a mais vasta das nacionalizações realizadas no mundo no decorrer do primeiro ano do pós-guerra, ela testemunhou a transformação das relações de força em favor da classe operária e o crescimento das tendências socialistas na evolução do país. Foi claramente muito importante, para o desenvolvimento do processo revolucionário, a política marxista-leninista do Partido Comunista, o qual manteve sempre a iniciativa dos negócios políticos e ditou o ritmo e as formas desse processo revolucionário.

Entre os anos 1945—1946 as divergências no seio da Frente Nacional aprofundaram-se de uma maneira vincada. As fileiras do Partido Socialista Nacional, do Partido Popular e do Partido Democrático engrossavam-se, nessa época, numa medida cada vez maior, com antigos funcionários do partido agrário, do partido dos artífices e comerciantes, do partido nacional democrático e do partido populista (todos estes partidos haviam sido interdi-

tos, após a libertação, porque os seus dirigentes tinham colaborado com os ocupantes), estas adesões traduziam-se num reforço das tendências reacionárias. Nos partidos socialistas começavam a levantar a cabeça os elementos oportunistas, que preconizavam a cooperação com a burguesia. A esquerda estava representada pelo Partido Comunista, apoiado pela maioria das organizações sociais de massas, e, no respeitante à realização das transformações sócio-económicas, também pelo Partido Social Democrata. A direita estava representada, na Frente Nacional, apenas pelo partido democrático e pelo partido popular, aos quais se juntou também — em resultado das suas atitudes anti-comunistas, cada vez mais manifestas — o partido socialista nacional, tal como foi constatado pelo VIII° Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, em Março de 1946. Este primeiro Congresso do após-guerra, dos comunistas checoslovacos, formulou as tarefas imediatas, a cumprir pelo Partido Comunista da Checoslováquia, na luta pelo socialismo. Ao adoptar o plano económico bienal, a República Democrática Popular, empenhou-se na via da gestão planificada da sua economia e a nova Constituição havia legalizado todas as conquistas revolucionárias, até aí adquiridas.

A primeira prova de forças, oficial, foram as eleições legislativas de Maio de 1946. A burguesia, que esperava a vitória dos partidos de direita, foi cruelmente decepcionada, pois as eleições saldaram-se por um grande triunfo do Partido Comunista, o qual totalizou 38 % dos sufrágios. O partido socialista nacional obteve 18,3 %, o partido popular 15,6 %, o partido democrático 14 % e o partido social democrata 12 % dos votos. Os comunistas, que reforçaram considerávelmente as suas posições, obtiveram a maioria dos votos nas regiões fronteiriças e em alguns centros industriais. Na Boémia e na Morávia, o Partido

Comunista era o partido mais forte, tanto nas cidades como no campo. Na Eslováquia, a maioria coube ao partido democrático que recolheu 62 % dos votos, contra 30,37 % do Partido Comunista da Eslováquia. À escala nacional, no entanto, o Partido Comunista obteve uma vitória retumbante: pela primeira vez, na história da Checoslováquia, o Partido Comunista ganhou o direito de nomear o Primeiro Ministro. O Programa governamental, apresentado pelo Primeiro Ministro Klement Gottwald, encadeava com os resultados obtidos, até aí, no processo revolucionário e fixava a linha política a seguir, no caminho para o socialismo. Se bem que a burguesia tenha exprimido o seu desacordo com toda uma série de estipulações importantes, contidas no Programa Governamental de edificação, os seus representantes políticos, no seio do governo, acabaram por aprová-lo, pois eles reconheciam que a situação não era favorável para um ataque frontal contra o regime democrático popular. Por isso, eles preferiram participar no poder, esperando que uma situação mais propícia lhes permitisse modificar o regime. Por sua vez, os comunistas persuadiram-se, com os resultados eleitorais, da justeza da sua linha política e da possibilidade real de uma passagem pacífica para o socialismo. Foi, nomeadamente, a luta pela realização consequente da reforma agrária que criou, então, as condições propícias para o reforço da aliança entre a classe operária e o campesinato trabalhador.

No outono de 1946, o Partido Comunista da Checoslováquia formulou a exigência da revisão da primeira reforma agrária de 1919. Essa revisão deveria reparar os prejuízos causados pela burguesia aos pequenos agricultores, por a reforma agrária de 1919 ter sido realizada em favor dos grandes proprietários agrícolas. A luta por essa revisão foi uma lição instrutiva para os camponeses, pois as direcções do partido popular, do partido socialista nacional e do

partido democrático haviam-se pronunciado contra ela. Essa luta conduziu, assim, a uma radicalização ainda mais profunda e a uma diferenciação ainda mais pronunciada do campesinato no seu conjunto. A maioria dos pequenos e médios agricultores apoiavam os projectos comunistas. A influência exercida pelas direcções reaccionárias dos partidos de direita sobre o campesinato não cessava de enfraquecer. No decorrer desses combates pela revisão da primeira reforma agrária, o Partido Comunista da Checoslováquia, lançou uma nova reivindicação: a parcelização de todas as propriedades agrícolas de mais de 50 hectares e a expropriação de todas as terras especulativas e a sua distribuição aos camponeses. A formulação dessas exigências ainda mais intensificou o movimento camponês, que encontrou apoio sobretudo nas fileiras da classe operária. Sob a pressão do vasto movimento popular, a Assembleia Nacional votou por fim, em Julho de 1947, a Lei da Revisão da primeira reforma agrágria, mas os leaders reaccionários continuavam a recusar qualquer discussão sobre a nova reforma agrária. Esta evolução da luta política interna na Checoslováquia era, também, uma consequência da mudança verificada, em 1947, na situação internacional. Os esforços desenvolvidos pelo imperialismo mundial, encabeçado pelos Estados Unidos da América do Norte, na intenção de enfraquecer a influência da União Soviética e anular os resultados do processo revolucionário, naturalmente que não faziam mais do que agravar a situação internacional. Em toda a parte do mundo o imperialismo norte-americano enveredou, então, pela prática da política de recurso à força. A doutrina de Truman, proclamada em Março de 1947, em virtude da qual os Estados Unidos da América do Norte haviam, considerávelmente, endurecido a sua orientação anti-comunista, marca o início de uma série de ingerências abertas, tanto políticas como económicas, nos assuntos internos dos outros países; essa doutrina robusteceu, no mundo inteiro, a moral dos elementos conservadores e das forças reacionárias e encontrou um reflexo directo na irradiação dos comunistas dos governos dos países ocidentais. Em Junho de 1947, os Estados Unidos da América do Norte, apresentaram o plano Marshall, cujo objectivo era exercer, por intermédio de créditos económicos, influência e controlo políticos sobre os diversos países. O plano Marshall tornou-se o instrumento económico de unificação dos países euro-ocidentais na base capitalista e, ao mesmo tempo, o meio principal para o restabelecimento do imperialismo alemão no território do Estado Alemão Ocidental, então em vias de criação. Em consequência desta agressiva orientação anti-comunista da política norte-americana, a coligação anti-fascista das potências desmoronou-se, para ser substituída pela guerra fria.

Esta marcada atitude, anti-comunista e anti-soviética, dos Estados Unidos da América do Norte e de outras potências capitalistas ocidentais provocou uma viva reacção por parte dos representantes dos nove maiores partidos comunistas da Europa, reunidos em 1947, na Polónia, os quais chegaram à conclusão de que o mundo se havia dividido em dois campos e que essa divisão era resultante sobretudo do imperialismo norte-americano e da sua luta pela hegemonia mundial. Os participantes convidaram também os partidos comunistas a porem-se à frente das forças patrióticas e progressistas, a combater pela soberania dos seus países e a frustrar, assim, os planos norte-americanos de subjugar política e económicamente os povos.

O desmoronamento da coligação anti-fascista influiu, também, sériamente na polarisação das forças políticas no interior da Checoslováquia. No entanto, esses factores externos não eram a única causa decisiva da tensão política

no nosso país: a principal fonte dessa tensão estava na pressão exercida pelas diferentes camadas sociais, que aumentava com a degradação da situação económica da Checoslováquia.

Em consequência de uma longa seca, o país teve em 1947 uma colheita excepcionalmente má, diga-se catastrófica: não se colheu mais que 67 % da quantidade prevista de cereais, 51 % de beterraba e batata, 35 % das forragens, etc. As quotas alimentares da população tiveram que ser considerávelmente reduzidas, a situação no âmbito dos abastecimentos tornou-se crítica. E era justamente com essas dificuldades que contava a burguesia: procurando aumentá-las mais, esperando provocar assim um profundo descontentamento geral do povo, que deveria — nos planos da burguesia — voltar as costas ao regime democrático popular.

Para resolver esta situação difícil era necessário, antes de mais, prestar uma rápida ajuda aos camponeses, interessá-los no cumprimento das suas entregas contratuais. Em Agosto de 1947, o Partido Comunista propôs, para esse efeito, a criação de um imposto especial sobre os milionários, os beneficiários de grandes rendimentos e os grandes especuladores. Os meios, assim obtidos, destinar-se-iam a cobrir as subvenções extraordinárias aos preços de compra. Esta proposta desencadeou uma encarniçada luta no seio do governo. Os representantes do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático rejeitaram o projecto e propuseram cobrir essas subvenções sacando directamente do orçamento de Estado. Os comunistas dirigiram-se ao povo, organizaram um vasto movimento de massas de apoio ao seu projecto e, assim, em 21 de Outubro, obrigaram os representantes dos outros partidos governamentais a aceitar o projecto de lei de tributação extraordinária aos milionários.

Neste conflito de classes, os próceres da burguesia sofreram portanto uma derrota, mas conseguiram, no entanto, — pelo menos na primeira etapa, quando o projecto de tributação aos milionários foi rejeitado pelo governo — criar pela primeira vez, no seio do governo, um bloco anti-comunista durante o debate de uma questão importante. Foi nesse espírito que a oposição — e nomeadamente os socialistas nacionais — elaborou, seguidamente, a táctica da sua luta contra o Partido Comunista da Checoslováquia.

Por seu lado, neste combate pela tributação dos milionários, o Partido Comunista persuadiu-se, uma vez mais, que o meio político mais eficaz, ao seu alcance, era o apelo às mais amplas massas da população trabalhadora.

Dado que exprimia e defendia, consequentemente, os interesses da classe operária e das outras massas trabalhadoras, o Partido Comunista da Checoslováquia não cessava de fortalecer a sua autoridade, de ganhar a confiança dos trabalhadores na sua linha política e de aumentar a sua influência nas fileiras dos trabalhadores. O que também figura entre as causas lógicas do papel directo que o Partido Comunistta desempenhava na luta quotidiana da classe operária e da maioria decisiva dos outros assalariados.

No Outono de 1947, foi travada uma violenta prova de força na Eslováquia, onde já há algum tempo se notavam os sintomas de uma crise política. As relações entre o Partido Comunista da Eslováquia e o Partido Democrático pioravam constantemente, sobretudo depois das eleições de 1946. Abusando da sua posição maioritária, no seio dos orgãos nacionais eslovacos, o partido democrático sabotava o programa de edificação e procurava proteger as posições da burguesia. A reacção Eslovaca conseguiu impedir a realização consequente do saneamento e desorganizar quase completamente o sistema de abastecimento da popu-

lação, o que se traduziu em greves de protesto cada vez mais frequentes nas fábricas. O carácter grave da situação na Eslováquia foi ressaltado por Klement Gottwald na sessão do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, de Junho de 1947. Os comunistas obtiveram, seguidamente, que a situação política geral fosse examinada, em 11 de Junho de 1947, no seio da Frente Nacional dos Checos e Eslovacos, onde todos os partidos políticos concordaram, na base das provas convincentes das intrigas subversivas dos elementos hostís ao Estado, que era necessário lutar contra esses elementos, com todos os meios legais disponíveis. Logo que, em Setembro de 1947, foi revelado que vários dirigentes do partido democrático tinham mantido contactos com alguns grupos clandestinos hostís ao Estado, a crise política na Eslováquia explodiu abertamente.

Apoiado pelo Partido Comunista Checo, o Partido Comunista Eslovaco exigiu, antes de tudo, uma depuração consequente da vida política e pública, através da expulsão dos elementos reaccionários, uma realização acelerada do programa de edificação governamental e uma regeneração geral da Frente Nacional na Eslováquia, que deveria conciliar-se com o legado revolucionário da Insurreição Nacional Eslovaca. As exigências dos comunistas tiveram o pleno apoio da Conferência Nacional das Uniões dos Combatentes Anti-fascistas, de 21 de Setembro de 1947, assim como da grande maioria dos trabalhadores Eslovacos. O Presidium do Comité Central do Partido Comunista Eslovaco adoptou, em 11 de Outubro de 1947, uma resolução afirmando que o movimento, então em curso, tinha como objectivo principal modificar a estrutura política, nomeadamente a estrutura do Corpo de Comissários, orgão executivo do Conselho Nacional Eslovaco (corpo representativo e supremo orgão executivo na Eslováquia).

Por incitação dos Comunistas Eslovacos foi convocado o Congresso dos Conselhos de empresas, que se reuniu em 30 de Outubro de 1947, e onde 1 836 delegados, representando 300 000 operários e empregados exigiram a demissão do Corpo de Comissários e a criação dum novo Conselho, composto de pessoas prontas a realizar o programa governamental. Os comunistas, no seio do Corpo de Comissários, dirigidos pelo seu presidente Gustáv Husák, apresentaram imediatamente a sua demissão, pelo que o Corpo de Comissários deixou práticamente de existir. A crise política transformava-se assim numa crise do orgão supremo do governo Eslovaco.

O Partido Comunista da Eslováquia concentrou, principalmente, o seu ataque sobre os mais figadais inimigos do regime democrático popular. O Presidium do C. C. do Partido Comunista Eslovaco determinava diáriamente a táctica concreta, organizava o movimento dos operários e camponeses e coordenava as actividades das mais importantes organizações sociais de massas. Os comunistas imprimiram assim, a esse movimento popular pela reforma das coisas públicas, um caracter profundamente revolucionário. A classe operária decidiu-se a utilizar todos os meios (incluindo a greve geral) para obter a satisfação das exigências mais urgentes e para estabilizar e consolidar o regime democrático popular. O Congresso Nacional das Comissões Agrícolas Eslovacas, reunido em 14 de Novembro de 1947 exprimiu também o seu pleno apoio ao Partido Comunista Eslovaco.

A situação na Eslováquia era então favorável às forças revolucionárias mas, como o partido democrático se havia assegurado, durante as negociações no seio da Frente Nacional, o apoio dos socialistas nacionais e dos representantes do partido popular, a crise política eslovaca saldou-se, finalmente, por um compromisso. No novo Corpo

de Comissários, instalado em 18 de Novembro de 1947, mais uma vez sob a presidência de Gustáv Husák, o partido democrático perdeu a sua anterior posição maioritária. Se bem que a crise política eslovaca não tivesse, ainda, resolvido de forma definitiva a questão do poder político a nível nacional, acertou um duro golpe na burguesia. Conforme se constatou no decorrer dos meses seguintes, essa crise provocou na Eslováquia uma desagregação definitiva das forças burguesas e, além do mais, enfraqueceu considerávelmente a influência que o partido democrático, até aí, havia exercido sobre os elementos pequeno-burgueses. A crise política eslovaca não só abalou fortemente a posição política do partido democrático como, por outro lado, reforçou muito o prestígio e o crédito do Partido Comunista da Eslováquia. A convocação dos Congressos representativos dos trabalhadores, em reuniões quase consecutivas, demonstrou-se ser um meio particularmente apropriado de mobilização de massas. Assim, a prática reafirmou uma das formas eficazes de pressão política sobre a burguesia.

A reacção, nos partidos políticos não-comunistas, procurou no entanto, também, retirar as suas lições desta luta pelo «imposto dos milionários». Era quase certo que a reacção procuraria unificar todas as forças anti-socialistas e coordenar as suas actividades, tudo levando a crer que as eleições legislativas, a realizarem-se em Maio de 1948, se transformariam numa prova de força decisiva, da qual dependeria o futuro destino da República Democrática Popular.

II. NA PASSAGEM DE 1947 A 1948

Nos finais de 1947 e princípios de 1948, toda a vida política internacional decorria já sob o signo da divisão do mundo em dois campos antagónicos — o campo socialista com a União Soviética à frente, e o campo imperialista encabeçado pelos Estados Unidos da América do Norte. Ao curto período de cooperação, da guerra e do após-guerra, das potências da coligação anti-fascista sucedeu-se uma hostilidade aberta. Esta desagregação total da coligação foi ainda mais agravada pela atitude antagónica dos dois campos face à questão alemã, que constituiu um dos problemas que mais intensificaram a guerra fria: enquanto que a União Soviética e as democracias populares pretendiam criar uma Alemanha democrática unida, onde fossem aplicadas coerentemente as decisões da Conferência de Potsdam sobre a desnazificação, a desmilitarização, a desmonopolização e a democratização; as forças imperialistas dirigidas pelos EEUU pretendiam restabelecer

a Alemanha capitalista, mesmo ao preço da criação de um Estado Oeste-Alemão separado.

A sessão, em Londres, do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, de 25 de Novembro a 15 de Dezembro de 1947, para a preparação do tratado de paz com a Alemanha, não chegou a qualquer resultado positivo. O Secretário de Estado norte-americano, G. C. Marshall, cancelou-a de imprevisto, sem mesmo permitir a E. Bevin, ministro Britânico dos Negócios Estrangeiros, a possibilidade de pronunciar o discurso de encerramento, já preparado. O «New York Herald Tribune» escreveu, então: «Eis-nos no final do caminho, o tempo de Yalta desapareceu para sempre. A divisão da Alemanha permitir-nos-á integrar a Alemanha do Oeste no sistema dos países do Ocidente».[1]

Os Estados Unidos preconizavam, já abertamente, a sua doutrina visando transformar a Alemanha capitalista restaurada num dos elos da frente imperialista anti-soviética.

As potências ocidentais prepararam uma conferência separada sobre a Alemanha, que teve lugar em 23 de Fevereiro de 1948 em Londres. Em 6 de Dezembro de 1947, a França suspendeu o seu acordo comercial com a União Soviética e, em 22 de Janeiro de 1948, o ministro Britânico dos Negócios Estrangeiros E. Bevin propôs a criação de um pacto defensivo dos Estados Ocidentais, ou seja, na realidade um novo bloco militar e político de caracter manifestamente anti-soviético.

O discurso pronunciado por W. Churchill em 22 de Janeiro de 1948, perante o Parlamento Inglês, no qual esse homem político rebateu a declaração de C. Attlee, chefe do Partido Trabalhista, foi também uma prova da tensão desencadeada, na passagem de 1947 a 1948, nas relações

[1] «New York Herald Tribune» de 20 de Dezembro de 1947

entre os antigos aliados. Churchill constatava com satisfação que os seus prognósticos de 1946, no seu famoso discurso de Fulton, anunciando o princípio da guerra fria, se haviam transformado na ideia directriz do mundo Ocidental, tendo acrescentado: «A linguagem utilizada pelo Primeiro Ministro quanto à Rússia soviética ultrapassa, pelo seu caracter fúnebre e cheio de ameaças, tudo o que eu já alguma vez afirmei sobre este problema, depois do final da guerra».[1] Seria inútil acrescentar, fosse o que fosse, para caracterizar a atmosfera geral reinante, por essa época, no Ocidente.

Face a este processo de unificação dos Estados Ocidentais e à ameaça de guerra, a política soviética procurava, acima de tudo, reforçar a capacidade de defesa da URSS e reunir e fortalecer todas as forças democráticas do mundo. O discurso pronunciado, em 9 de Novembro de 1947, por V. M. Molotov, por ocasião do 30° aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, formulou a atitude da política externa soviética, constatando que o imperialismo norte-americano representava o perigo mais grave e a mais pesada ameaça para a independência dos outros países. No seu discurso, Molotov anunciou que o fabrico da bomba atómica já não era nenhum segredo para a União Soviética. Esta supressão do monopólio atómico dos Estados Unidos reforçou considerávelmente a capacidade de defesa da União Soviética.

A União Soviética continuou a aprofundar e a fortalecer a aliança com as democracias populares vizinhas, coordenando com elas as actividades na esfera da política externa, alargando rápidamente as relações económicas mútuas e oferecendo-lhes condições financeiras mais vantajosas em relação com as acordadas contratualmente aos países

[1] Hansard, 23 de Janeiro de 1948

capitalistas. Esse foi, também, o caso do acordo comercial soviético-checoslovaco, para o período de 1948 a 1952, assinado em 11 de Dezembro de 1947: o qual constituiu o maior acordo económico, até então, concluído pela Checoslováquia. Apesar das suas próprias dificuldades de abastecimento, a União Soviética comprometeu-se a fornecer à Checoslováquia, logo no decurso da primeira metade de 1948, 600 000 toneladas de cereais, ajudando-a assim, de forma apreciável, a ultrapassar as consequências da seca e a assegurar o abastecimento da população. Por essa época, as dificuldades económicas checoslovacas agravaram-se, também, devido à diminuição do montante do comércio externo checoslovaco com os países Ocidentais, diminuição essa devida não só a razões económicas como — sobretudo — políticas. A conclusão, pela União Soviética, de acordos comerciais a longo prazo, com os países de democracia popular constituiu, pois, um passo importante para a solução dessa complexa situação.

A crescente tensão internacional, repercutiu fortemente na própria vida interna da Checoslováquia, provocando o aprofundamento do processo de diferenciação das forças políticas no seio da Frente Nacional.

A situação económica da Checoslováquia nos finais de 1947 era muito contraditória, se bem que a produção industrial aumentasse constantemente e tivesse atingido, em princípio, os objectivos fixados pelo plano económico bienal (o primeiro ano do plano bienal foi cumprido — excepção feita à indústria alimentar — a 100,9 %, o que representou 98 % do volume global da produção de 1937) desenvolvia-se de uma forma pouco uniforme e sem ter, suficientemente em conta as necessidades da população. Foram sobretudo muito sensíveis as consequências da seca: na agricultura o plano só foi cumprido a 70,9% e na indústria de construção a 67,4 %. O facto de o plano não ter

sido cumprido na agricultura e na construção devia-se, para além de determinadas causas objectivas, principalmente ao predomínio da empresa privada nesses sectores.

Muito embora os objectivos fixados para o primeiro ano do plano bienal tenham, no seu conjunto, sido atingidos, não se conseguia satisfazer plenamente as necessidades da população. E isto em razão de que, no após-guerra, o emprego acusava uma continuada tendência ascendente e o nível dos salários não cessava de aumentar, o que resultava num rápido aumento da procura. Consequentemente o abastecimento equitativo da população teve de ser assegurado através do racionamento.

Em resultado da seca e da má colheita, a situação do abastecimento da população em géneros alimentares piorou ainda mais nos finais de 1947, tendo sido necessário racionar de novo alguns produtos, único meio de assegurar, dados os recursos disponíveis, pelo menos o mínimo indispensável a cada cidadão. Nos finais desse ano o sistema de racionamento foi alargado a todos os produtos alimentares.

A situação ainda mais se complicou em consequência da intensificação das tendências inflaccionistas (o aumento dos salários não correspondia ao ritmo de crescimento da produção) assim como em resultado do crescente déficit do comércio externo. Era também bastante desfavorável a situação em certos ramos da indústria de consumo (em particular na produção têxtil). Nos finais de 1947 essa evolução desfavorável, da indústria de consumo, fez-se sentir, de um modo muito pronunciado, no próprio mercado interno, onde a situação se tinha agravado em resultado das exportações, para além do plano, de determinados bens de consumo, através da venda dos quais o país tentava cobrir as suas crescentes importações de trigo.

Esta tensa situação interna e externa, mais agravada

ainda pela crise de abastecimento, repercutiu-se de um modo muito diferenciado na atitude das várias classes e camadas sociais, provocando um certo sentimento de insegurança e alguma inquietação geral. Foi portanto essa situação social que expôs os partidos políticos a pressões. Se se examinarem, hoje, a situação e as tendências das diversas camadas da população poder-se-á determinar o grau de tensão no seio da sociedade de então, o que permitirá, seguidamente, melhor compreender o comportamento de cada um dos partidos políticos durante os acontecimentos subsequentes.

A classe operária (segundo o recenseamento oficial, em 22 de Maio de 1947 existiam nos Países Checos 2 214 904 operários e na Eslováquia, em 4 de Outubro de 1946, haviam sido recenseados 593 832, entre operários e empregados subalternos), que sofria as maiores dificuldades de abastecimento, assistia com bastante inquietação a essa exacerbação da situação política e económica. De um modo geral, pode dizer-se que os operários se radicalizavam pois, na sua maioria, se apercebiam ser a burguesia o principal obstáculo no caminho do país para o socialismo. Consequentemente desejavam enfraquecer, ainda mais, as posições políticas ainda detidas pela burguesia e retirar-lhe o poder. A maioria decisiva da classe operária baseava a sua força na unidade revolucionária e na sua consciência de classe, pronunciando-se por uma solução rápida da situação, pois estava segura da sua vitória.

As camadas intermédias citadinas enfrentavam as mesmas dificuldades de abastecimento que a classe operária, muito embora de um modo por vezes desigual, directamente proporcional à situação material de cada uma delas. Estas dificuldades também aprofundaram o processo de diferenciação entre os artesãos e pequenos comerciantes, camada que englobava cerca de 310 000 pessoas (dos quais

mais de 90 % eram pequenos produtores). Por fim, vários projectos de aumentos de salários provocaram, também, a divisão entre as fileiras dos funcionários públicos e empregados do Estado (no seu total mais de 690 000). Essas camadas da população, por um lado, temiam as reformas radicais mas, por outro, tinham medo de ligar-se às forças políticas que corriam o risco de perder a partida que se avizinhava. Se bem que incapazes de empreender as suas próprias acções, influiam cada vez mais sobre a política de cada partido, pois todos os sectores políticos se esforçavam por alargar a sua influência nas diversas camadas da população.

O campesinato não sentia tão duramente as dificuldades de abastecimento como a população citadina mas, em contra-partida, encarava cada vez com maior inquietação os problemas relativos à futura colheita e à estabilização da produção agrícola. Essas apreensões eram gerais mas, em resultado da grande diferenciação do campesinato, o sentimento de insegurança tinha características demarcadas e provinha de causas variadas.

O pequeno camponês (as explorações agrícolas de menos de 5 hectares eram então cerca de 850 000), continuando insatisfeito com a distribuição das terras, era receptivo aos esforços da classe operária e simpatizava com a sua luta.

A mentalidade do camponês médio (350 000 proprietários cultivavam, então, de 3 a 20 hectares de terras individuais) era pela estabilização da situação, pois a política da nova República Democrática Popular correspondia, em princípio, aos seus desejos. Durante a reforma agrária apareceu, nas regiões limítrofes, um novo tipo de camponês médio, devotado ao regime democrático popular estando, pelas suas atitudes e modo de pensar, bastante próximo do pequeno camponês, como até há bem pouco tempo ele próprio havia sido, na maioria dos casos.

O grande agricultor (39 000 proprietários detinham então, de 20 a 50 hectares de terras individuais) vivia no temor da futura evolução das coisas pois, se bem que a República Democrática Popular ainda lhe não tivesse sido hostil e, antes pelo contrário, lhe permitisse gozar de numerosas vantagens, temia que a reforma agrária, ao evoluir, o atingisse nos seus interesses.

O grande latifundiário (mais de 6 000 proprietários possuiam, nessa época, mais de 50 hectares de terra, cada) atravessava uma profunda crise pois, dado que a revolução se havia, até então, desenvolvido em detrimento dos seus interesses, procurava travar-lhe a progressão, vendo no derrube do regime político vigente o único meio de atingir os seus objectivos.

Os proprietários das empresas e grandes armazéns já nacionalizados, assim como os grandes proprietários de imóveis (cerca de 80 000) estavam numa situação análoga à dos grandes latifundiários. A maioria esmagadora dos grandes empresários fazia todo o possível por travar a evolução e derrubar o regime, no intuito de reconquistar as suas antigas posições. A desvantagem dessa camada era a sua relativa minoria e a sua excessiva diversidade de interesses. Apesar disso, essa gente exercia uma forte pressão sobre determinados partidos políticos e, para atingirem os seus fins, estavam prontos a arriscar e a utilizar todos os meios imagináveis.

Os partidos políticos não podiam deixar de ter em conta os sentimentos variáveis das diversas classes e camadas da população, principalmente no momento em que se esforçavam por reforçar as suas posições e o seu crédito, face às eleições legislativas que se avizinhavam. Assim e lógicamente, a pressão exercida por cada classe e camada social sobre a vida política influia bastante nas atitudes e métodos de acção dos partidos políticos.

O problema chave, para a futura evolução do país, cuja solução poderia facilitar o desenvolvimento e o aprofundamento do processo revolucionário ou, pelo contrário, retardá-lo, travá-lo ou destrui-lo, era a questão do poder político da classe operária ou da burguesia. Cada um dos partidos políticos diligenciava encontrar as suas próprias vias e soluções para assegurar a sua influência sobre a vida política. A procura de concepções a longo prazo foi, assim, relegada para segundo plano, em favor das tácticas imediatistas. O agravamento da situação geral conduziu à exarcebação das atitudes antagónicas, na própria vida política.

Na passagem de 1947—1948 constituiu-se um bloco anti-comunista, no quadro da Frente Nacional, englobando as direcções reaccionárias dos partidos socialista nacional, popular e democrático, que também exerciam alguma influência sobre certas organizações de massas, sobretudo sobre as dos estudantes e da educação física.

À cabeça desse agrupamento estava o partido socialista nacional que, em 1947, contava 566 000 membros. Se bem que, imediatamente após a libertação do país em 1945, esse partido se tivesse pronunciado pela cooperação com os outros partidos socialistas, logo a partir dos finais desse mesmo ano havia já renunciado a toda a colaboração nesse âmbito, considerando a revolução como definitivamente terminada. As forças reaccionárias vieram, paulatinamente, à tona no partido socialista nacional que, assim, se tornou, pouco a pouco, no elemento dirigente do bloco de direita.

«O nosso socialismo» escrevia então P. Zenkl, dirigente do partido socialista nacional, «não é um socialismo de classes, pois ele pretende o bem para todas as classes e camadas».[1/] Esta concepção do «socialismo» preconizada

---

[1/] P. Zenkl, «O Nosso Socialismo Nacional», Praga 1947, pag. 12

pelos socialistas nacionais, encaixava nos interesses da burguesia, que via nesse partido o seu apoio e o seu porta-voz.

Cerca de meados de 1947, a direcção do partido socialista nacional, decidiu ser oportuno passar uma esponja sobre todas as suas divergências com os outros partidos não-comunistas e criar um bloco anti-comunista. Os leaders socialistas nacionais queriam manter a todo o custo as posições adquiridas e posteriormente passar a um ataque frontal, quando a situação externa e interna fosse mais propícia. Acreditavam que um isolamento dos comunistas, no governo e nos outros orgãos, acabaria por enfraquecer a sua influência e modificar o carácter da Frente Nacional. O seu objectivo principal era infligir ao Partido Comunista da Checoslováquia uma dura derrota nas próximas eleições e assim paralizar, de uma vez para sempre, o processo revolucionário. Foi com esse objectivo que o partido socialista nacional, no princípio de 1948, entrou na campanha eleitoral.

O partido popular fazia parte, desde 1945, da ala direita da Frente Nacional (segundo as suas próprias informações tinha, em 1947, 500 000 aderentes). No seu programa reclamava-se do reformismo cristão sublinhando a sua qualidade de único partido checoslovaco não-socialista. Pela sua composição era um partido pequeno-burguês que, no entanto, cada vez mais defendia os interesses políticos da grande burguesia. À medida que as suas fileiras iam engrossando com membros dos partidos políticos abolidos (sobretudo antigos agrários e democratas nacionais) notava-se na sua atitude política tendências reaccionárias, cada vez mais marcantes.

Inicialmente, os dirigentes do partido popular, censuravam aos socialistas nacionais um certo anti-clericalismo e aos do partido democrata eslovaco a sua cooperação com a hierarquia católica, gravemente comprometida pela sua anterior orientação pró-fascista. Mas, em 1947, essas censuras foram completamente esquecidas pois que, após ter sofrido numerosas derrotas parlamentares, nomeadamente nas discussões sobre o imposto dos milionários e durante os debates sobre a reforma agrária, a direcção do partido popular concluiu que só a cooperação com os outros partidos não-comunistas poderia impedir a realização das subsequentes etapas da reforma agrária.

Na Eslováquia, o partido democrático que contava cerca de 200 000 membros, tinha uma linha política, um programa e uma estrutura análogas às do partido popular nos países checos. Inicialmente, a maioria dos aderentes desse partido eram protestantes, membros do antigo partido agrário, mas posteriormente começaram a predominar os representantes do catolicismo eslovaco que daí em diante determinaram a política desse partido. Pela sua estrutura, o partido democrático, era pequeno-burguês e pelo seu programa político era o mais conservador, constituindo a ala de extrema direita da Frente Nacional. Enquanto que, até à crise política eslovaca, a cooperação entre o partido socialista nacional, o partido popular e o partido democrata era sobretudo fortuita e excepcional, após os finais de 1947 começaram a agir de maneira concertada, sendo principalmente os contactos entre os socialistas nacionais e o partido democrático que tomaram, então, uma grande expressão. No II° congresso do partido democrático, em Janeiro de 1948, foi inclusivamente encarada a possibilidade da formação de uma direcção comum aos dois partidos. Mas, apesar desse projecto ter sido abandonado por razões tácticas, o simples facto da sua existência demonstra que os dois partidos mantinham relações mútuas muito estreitas.

O partido democrático, na Eslováquia, tinha uma posição muito semelhante à do partido socialista nacional nos

Países Checos, com efeito englobava também as forças da reacção que, no seu caso porém se haviam acolhido exclusivamente nas suas fileiras. No plano ideológico apresentava numerosos traços comuns com o partido popular mas, pela sua táctica e caracter agressivo, aproximava-se do partido socialista nacional.

A característica comum a esses três partidos era a sua aversão ao progresso do processo revolucionário, que se manifestava por uma hostilidade crescente ao partido Comunista. Muito embora cada um deles tivesse a sua própria ideia sobre a futura evolução das coisas todos se esforçavam por derrubar o regime democrático popular. Por iniciativa dos socialistas nacionais, no princípio de Janeiro de 1948 os dirigentes desses partidos começaram uma estreita cooperação; no decorrer de deliberações secretas, chegaram à conclusão de que, em lugar de se degladiarem mútuamente, deveriam juntar as suas forças contra os comunistas, isolá-los e tentar infligir-lhes uma derrota eleitoral.

O partido social democrata desempenhou um papel de relevo na vida da sociedade, durante a etapa inicial da revolução os sociais democratas estiveram ao lado dos comunistas e tomaram uma parte muito activa em diversas acções revolucionárias, no entanto, foram-se infiltrando, pouco a pouco, elementos de direita na direcção desse partido, tornando-se cada vez mais importante a influência do reformismo e a sua concepção da chamada «terceira força», que seria representada pela própria social-democracia. Em meados de 1947, o partido social-democrata contava com 363 000 aderentes.

No XXI° congresso da social-democracia, em Novembro de 1947, produziu-se um violento conflito entre a ala esquerda e a ala direita, tendo sido eleito para presidente,

em substituição de Z. Fierlinger, B. Laušman que orientou a linha da política geral do partido para a direita, tendo a direcção da social-democracia começado, assim, a aproximar-se, no plano político, das direcções reaccionárias dos outros partidos não-comunistas.

No quadro da Frente Nacional existiam ainda dois pequenos partidos não-comunistas, fundados pouco antes das eleições de 1946: o partido do trabalho (rebaptizado, nos finais de 1946, como partido social-democrata eslovaco que, em Novembro de 1947, se fundiu com a social-democracia checoslovaca) e o partido da liberdade, ambos tinham, no entanto, um número ínfimo de aderentes (cerca de 17 000 cada um) e não tinham um papel de relevo na vida política do país.

O partido político mais forte era o Partido Comunista da Checoslováquia que, nos finais de 1947, contava 1 310 000 membros e influia decisivamente na evolução da República Democrática Popular. Nos finais de 1947 o Partido Comunista da Checoslováquia, em resultado da sua política, havia já ganho uma parte determinante das massas trabalhadoras. A sessão do CC do PCCh., em 27 e 28 de Novembro de 1947, analisou qual o procedimento para ganhar a maioria absoluta dos trabalhadores e acelerar o avanço para o socialismo.

Nessa sessão Klement Gottwald fez uma análise detalhada da situação geral, consagrando uma atenção particular à situação internacional e retirando a seguinte conclusão alarmante: «Nas próximas semanas e meses, teremos de contar com uma pressão crescente, por parte da reacção externa, sobre a nossa situação interna; é de esperar que a reacção externa, encabeçada pelos Estados Unidos exerça sobre nós toda uma gama inimaginável de pressões, tanto económicas e políticas como psicológicas, que sejam mobi-

lizados os seus agentes no nosso país para tentar levar-nos a um impasse e pôr-nos à sua mercê. É necessário contar com isso e estarmos preparados».[1]

Em resultado da análise da situação interna, efectuada nessa mesma sessão de Novembro, o C.C. do P.C.Ch. concluiu que a burguesia preparava um ataque contra o poder popular, com o objectivo de, ainda antes das eleições, provocar transformações na correlação de forças existente. Foi constatado que muito provávelmente a burguesia tentaria provocar uma crise ministerial e seguidamente formar um ministério de gestão.[2] «Sob o ponto de vista político» afirmou K. Gottwald «é imprescindível considerar semelhante tentativa como um golpe reaccionário, tornando-se necessário dar-lhe uma resposta pertinente, absolutamente desanimadora para os reaccionários. O retorno à situação de 1920, com Tusar e Černy, seria uma solução ideal para a reacção. Mas estamos em 1947 e tentar o retorno a 1920 seria para a reacção uma empresa extremamente arriscada. Mas a reacção encurralada é capaz de se aventurar a uma empresa arriscada, sobretudo se para isso receber ordens do exterior. Por isso temos o dever de estar de prevenção».[3] Esta revelação, pública e — tal como se provou, seguidamente, em Fevereiro de 1948 — clarividente, dos objectivos da burguesia reaccionária, era não sómente uma séria advertência à burguesia, mas também um apelo, convidando as massas trabalhadoras a redobrar de vigilância quanto à defesa das suas conquistas revolucionárias.

[1] Arquivos do Instituto de Marxismo Leninismo do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia (A.I.M.L. do C.C. do P.C.Ch.) património de K. Gottwald, discurso de 27 de Novembro de 1947

[2] Ministério de gestão = Gabinete apolítico de funcionários, para substituir o governo da Frente Nacional

[3] K. Gottwald, Obras, tomo XIV, Praga 1958, pag. 204

O C.C. do P.C. da Checoslováquia via a solução, para esta situação, na união de todas as forças progressistas de esquerda do país e na formação de um novo bloco socialista no seio da Frente Nacional. No âmbito do projecto do P.C. da Checoslováquia, as forças progressistas de esquerda deviam, de começo, tentar isolar os elementos reaccionários no interior dos partidos não-comunistas e depois regenerar esses partidos. As condições, para a realização desse plano, diferiam de um partido para outro. Esse trabalho político, no interior dos partidos não-comunistas, foi efectivamente desenvolvido mas, com excepção da social-democracia, não foi possível formar neles correntes de esquerda organizadas.

Mais prometedora era a luta para ganhar, nas próximas eleições, a maioria do povo para a política do P.C. da Checoslováquia: atingir esse objectivo era uma das tarefas chave fixadas na mencionada sessão de Novembro do C.C. do P.C. da Checoslováquia. A direcção do Partido estava persuadida de que este, que nessa época já tinha quase tantos membros como o conjunto de todos os outros partidos, obteria nas futuras eleições uma maioria absoluta dos sufrágios. Para mais aprofundar o isolamento da reacção, K. Gottwald propôs, na sessão do C.C. do P.C.Ch, elaborar para as próximas eleições uma lista comum dos candidatos da Frente Nacional, tendo afirmado, entre outras coisas: «A nossa lista de candidatos deve ser estabelecida de modo a alicerçar-se numa base o mais ampla possível, a ter uma grande aceitação em todas as camadas da população trabalhadora das cidades e dos campos, a extravasar o quadro do partido e a reunir tudo o que existe de verdadeiramente progressista e de verdadeiramente democrático na nação»[1]

[1] A.I.M.L. do C.C. do P.C. Checoslovaco — património de K. Gottwald, discurso de 27 de Novembro de 1947

Esta linha, propondo-se unificar todas as forças socialistas no quadro da Frente Nacional regenerada, tornou-se seguidamente o ponto de partida para a elaboração da concepção táctica do P.C., para a prova decisiva de forças. A observância desta linha podia — não só nas eleições mas também na eventualidade de uma tentativa de golpe reaccionário — criar as premissas fundamentais para a vitória final da classe operária. A Frente Nacional, regenerada, deveria representar um conjunto compacto, reunindo todas as forças socialistas, continuando a constituir a plataforma da República Democrática Popular.

A sessão de Novembro de 1947 do C.C. do P.C.Ch. foi, sem qualquer dúvida, uma das mais importantes desse orgão, no período entre 1944 e 1948. O C.C. efectuou, aí, uma análise marxista-leninista exacta da situação no seu conjunto, definiu a linha geral do partido e fixou alguns novos elementos tácticos para a sua realização. No entanto, nada disto modificou a orientação estratégica fundamental do P.C.Ch., que consistia em levar a bom termo o processo da passagem progressiva da revolução nacional e democrática para a revolução socialista. Através destes novos elementos tácticos, o Partido estabeleceu, no entanto, de um modo essencial, a linha estratégica geral, criando assim as condições indispensáveis para assegurar e acelerar o rumo do país para o socialismo. E, se bem que, as atitudes do P.C.Ch., em Fevereiro de 1948, tenham sido ditadas pela situação concreta, elas baseavam-se, numa ampla medida, no plano táctico de conjunto, tal como já havia sido elaborado na sessão do C.C. do P.C.Ch., em Novembro de 1947.

As organizações sociais de massas tinham, ao lado dos partidos políticos, um papel importante na vida pública Checoslovaca. Dado que, entre aderentes dessas organizações, tanto apartidários como membros dos diversos partidos, a linha de clivagem de influência política de cada um dos partidos passava não sómente entre as diversas organizações mas também pelo seu interior. A influência deste ou daquele partido em cada organização sómente podia ser determinada aproximadamente. O Movimento Sindical Revolucionário, as Uniões da Juventude Checa e Eslovaca, a União dos Resistentes, a União dos Amigos da URSS, assim como as Comissões de camponeses e algumas outras organizações de menor importância apoiavam, no entanto, a política das forças de esquerda e faziam parte do seu bloco: assim, o Partido Comunista que, com a maior resolução, lutava pela satisfação das legítimas reivindicações das massas trabalhadoras e pela futura orientação socialista do país, tinha o apoio dos mais importantes organismos e organizações de massas. Eram, nomeadamente, os Sindicatos Revolucionários que, nos finais de 1947, contavam já 2 249 967 membros e que assim englobavam quase todos os assalariados Checoslovacos, principalmente os operários, que desempenhavam um papel cada vez mais importante na vida política da República.

A luta política, na passagem de 1947 a 1948, visava principalmente a realização dos objectivos fixados pelo Programa de edificação governamental, mas ainda não cumpridos. O problema crucial era, nessa altura, a preparação da nova Constituição da República Checoslovaca. O Comité Constitucional da Assembleia Nacional tinha, até ao fim de 1947, discutido uma parte relevante desse projecto, mas os capítulos essenciais da Constituição, ou seja a regulamentação das relações entre Checos e os Eslovacos, a administração popular, a instituição do sistema de regionalização e da nova ordem económica, apoiada na nacionalização da indústria e da banca, sobre os quais deveriam assentar os pilares do regime democrático popular, continuavam por aprovar. Se bem quė, sómente alguns

pontos litigiosos tivessem sido objecto das discussões, era claro que não se tratava de diferenças de visão parciais, mas sim de concepções, sobre a Constituição, diametralmente opostas. Os comunistas e os sociais-democratas exigiam que a Constituição legalizasse a situação caracterizada pelo grau já atingido na evolução do regime democrático popular, enquanto que os representantes do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático, pelo contrário insistiam em introduzir, na lei Constitucional, certos princípios democrático—burgueses em detrimento dos princípios democráticos populares.

Em 1958, o próprio P. Zenkl confessou:

«Numerosas, graves e importantes divergências nos separavam dos comunistas, sendo que algumas se relacionavam com a Constituição. Nós pretendiamos simplesmente que algumas emendas fossem feitas à Constituição de 1920, sem tocar no caracter democrático da Constituição da Primeira República, elaborada segundo o modelo norte-americano; pelo contrário, os comunistas insistiam numa Constituição democrática popular»[1/]

Os comunistas exigiam, como condição para a sua cooperação futura, que a nova Constituição exprimisse o grau atingido pela evolução do país e que lhe abrisse a via para o socialismo; pelo contrário, segundo os representantes do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático, a principal condição para o prosseguimento da cooperação seria o restabelecimento da confiança mútua entre os partidos políticos. Estas diferentes atitudes não se aproximaram nem mesmo durante as posteriores reuniões dos representantes dos partidos políticos da Frente Nacional. As profundas divergências sobre as questões fundamentais só muito limitadamente permitiam supôr

[1/] České Slovo (Munique) Fevereiro de 1958

qualquer possibilidade de ver a Assembleia Nacional Constituinte votar a nova Constituição no prazo prescrito pela lei. As negociações sobre alguns outros acordos anteriores, concluídos no seio da Frente Nacional, como por exemplo: sobre a remuneração dos funcionários e agentes públicos, sobre a lei escolar, sobre a segurança nacional, sobre as contribuições e impostos dos pequenos e médios industriais, e, nomeadamente, sobre a nova reforma agrária, caíram também num impasse.

As decisões quanto à nova reforma agrária e o modo como fosse resolvido o problema do reajustamento salarial dos funcionários e agentes públicos, eram de uma grande importância para a posterior evolução da democracia popular Checoslovaca. O Conselho Central dos Sindicatos, cujo projecto de reajustamento salarial dos funcionários e agentes públicos havia sido rejeitado pela maioria governamental, em 10 de Fevereiro de 1948, comunicou imediatamente que desaprovava o projecto adoptado pela maioria governamental. A. Zápotocký, presidente do Conselho Central dos Sindicatos, declarou aquando da sessão do governo: «Estamos convencidos de que, o Movimento Sindical Revolucionário, saberá encontrar os meios para emendar a errónea decisão hoje tomada pelo governo, a qual provocará um grave perigo de inflacção e, consequentemente, de desorganização económica.»[1/] Por iniciativa do Partido Comunista da Checoslováquia, o Conselho Central dos Sindicatos convocou a 12 de Fevereiro,

[1/] Arquivos da presidência do Conselho (seguidamente A.P.C.): o Conselho Central dos Sindicatos propunha um aumento, dos salários mensais dos funcionários e agentes públicos, de 300 coroas, enquanto que, por exemplo, os socialistas nacionais propunham um aumento de 25 %, o que por um lado aumentaria as vantagens dos grupos sociais mais fortes, económicamente, e por outro, agravaria excessivamente o orçamento do Estado.

portanto imediatamente após a sessão do governo, o Congresso dos Representantes dos Conselhos de empresa e dos grupos do Movimento Sindical Revolucionário, para que examinassem as promessas não cumpridas pelo governo e decidissem sobre a futura orientaçaõ do Movimento Sindical Revolucionário.

A Conferência dos chefes das Comissões Campesinas de Distrito convocada por iniciativa das Comissões Campesinas da região de Kladno, decidiu a 16 de Fevereiro, em Praga, convocar para 28 e 29 Fevereiro de 1948 o Congresso das Comissões Campesinas, para que se pronunciasse sobre a nova reforma agrária e as leis agrícolas não realizadas.

Logo, durante os preparativos desses dois Congressos, a classe operária e o campesinato se activaram. As resoluções, que os participantes nas reuniões preparatórias desses Congressos, dirigiram ao Conselho Central dos Sindicatos e ao Ministério da Agricultura, exprimiam o pleno apoio das massas trabalhadoras à linha seguida pelos comunistas e exigiam, simultâneamente, uma realização acelerada do programa governamental.

Este enérgico apoio às reivindicações formuladas pelos representantes comunistas no governo provocou um grande nervosismo nas direcções dos outros partidos socialistas, nomeadamente do partido socialista nacional que rápidamente compreendeu que os comunistas teriam um apoio absoluto por parte desses dois Congressos, o que grandemente complicaria as posições da direita. Por isso, os membros da direcção do partido socialista nacional, planearam provocar uma crise ministerial, ainda antes da reunião desses Congressos. Eles realizavam que, até aí, sómente tinham conseguido isolar os comunistas durante os debates de 10 de Fevereiro, no governo, sobre os subsídios

a conceder aos funcionários e agentes públicos e durante os debates, no Comité Agrícola da Assembleia Nacional Constituinte, sobre a nova reforma agrária, em 12 de Fevereiro de 1948. Mas apesar disso eles receavam bastante que, nos dois casos concretos respeitantes às incidências económicas, o partido social-democrata pudesse mudar de actitude e inclinar-se para os projectos comunistas. Por isso tornava-se-lhes necessário, sem demora, inventar um «problema político» no qual estivessem seguros do apoio dos dirigentes social-democratas.

A ocasião proporcionou-se-lhes quase imediatamente, na próxima sessão do governo, a 13 de Fevereiro. Durante a sessão não-pública, o socialista nacional P. Drtina, Ministro da Justiça, fez uma crítica ao Ministério do Interior, de que era titular o comunista V. Nosek. O tom geral dessa crítica era fortemente anti-comunista. Assim foi criada uma atmosfera de tensão no seio do governo que decidiu interromper a sessão. No reinício da sessão, durante a tarde, K. Gottwald ao responder às alegações de P. Drtina declarou, entre outras coisas: «. . . O Ministro da Justiça afirmou, durante a sessão do Governo, que os membros do Corpo de Segurança Nacional são recrutados entre os vádios, os criminosos, os desordeiros e os ex-membros da Gestapo. O Presidente do Conselho gostaria de ver o Ministro da Justiça retirar essa declaração, pois supõe que, não sómente o Corpo de Segurança Nacional mas todo o nosso povo, que tem muita consideração pela actual estrutura do Corpo de Segurança Nacional, certamente que não concordam com essas afirmações do Ministro da Justiça.

Em segundo lugar, o Presidente do Conselho, quer assinalar que o Ministro da Justiça julgou indispensável predizer que o Partido Comunista acabaria mal. O Presi-

dente do Conselho vê, nessa predição, nada mais que um clarão da raiva animal que certos meios alimentam contra o Partido Comunista, que actualmente constitui um grande partido do povo trabalhador, exclusivamente ao serviço do povo trabalhador e que só ao seu serviço se dedica. Além disso, o Presidente do Conselho, gostaria de recomendar ao Ministro da Justiça — já que este se atreveu a predições — que seja mais prudente nos seus presságios.»[1]

Se bem que, por parte do Presidente do Conselho e dos ministros comunistas, as discussões tenham sido mantidas calmamente e com reflexão, a atmosfera no seio do governo era extremamente tensa. Durante a sessão da tarde, os socialistas nacionais tomaram conhecimento — absolutamente por acaso — das ordens do Coronel Dybal, comandante regional do Corpo de Segurança Nacional, para a reorganização das forças da ordem em Praga. De acordo com a Lei sobre o Corpo de Segurança Nacional, essa reorganização deveria adaptar a distribuição dos comandos individuais de distrito, do Corpo de Segurança Nacional, às esferas de actividade territorial dos Comités Nacionais de Bairro. O número total dos comandos do Corpo de Segurança Nacional, em Praga, sendo reduzido de 46 para 15.

Os socialistas nacionais censuravam ao Ministro do Interior ter substituido, no quadro dessa reorganização, oito comandantes não comunistas e exigiam-lhe a anulação dessa ordem e a renúncia a qualquer modificação ou mutação dos quadros superiores do Corpo de Segurança Nacional. Na ausência do Ministro do Interior, a maioria dos membros do governo aprovou esse projecto. Após obter sucesso, a direcção do partido socialista nacional, convenceu-se da perfeita homogeneidade do bloco maioritário. Na sessão secreta, duma parte da direcção do partido socialista nacional, a 16 de Fevereiro, sob instigação de H. Ripka, foi tomada a decisão de, sem mais demoras, desencadear a crise ministerial.

Os comunistas desmascararam esse plano, logo na sessão seguinte do governo, em 17 de Fevereiro. Em consequência da obstrução dos ministros não-comunistas, o governo não mais pôde, sequer, examinar as questões da ordem do dia e a discussão foi concentrada únicamente na decisão governamental de 13 de Fevereiro. Enquanto que os comunistas tentavam que os debates sobre essa questão fossem adiados para a próxima sessão do governo dado que o Ministro do Interior, como única pessoa capaz de fornecer informações seguras ao governo, estava ausente, os ministros do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático, por seu lado, insistiam no cumprimento imediato da decisão de 13 de Fevereiro e recusavam categóricamente qualquer discussão sobre outros problemas. Era evidente o risco da eclosão de uma crise ministerial, de um momento para o outro e que seria, muito provávelmente, a situação no Corpo de Segurança Nacional que lhes iria servir de pretexto. O documento intitulado «A actitude do C.C. do P.C.Ch. face à situação», publicado imediatamente após a sessão do governo, chamava para estas realidades a atenção de todo o povo exortando-o, ao mesmo tempo, à vigilância.

Em 20 de Fevereiro de 1948, o governo devia reunir-se em sessão extraordinária para examinar a situação, já na presença do Ministro do Interior. O Ministro V. Nosek elaborou, para essa sessão, um vasto e detalhado relatório, explicando as razões da reclassificação dos 13 oficiais do Corpo de Segurança Nacional, (não 8, como haviam afirmado os ministros socialistas nacionais, na sessão governa-

[1] A.P.C — do processo verbal da 133ª (parte não-pública) sessão do governo, de 13 de Fevereiro de 1948

mental de 13 de Fevereiro). Constatando, no seu relatório, que sete desses treze oficiais haviam já sido encarregados de novas funções em data anterior e que os seis oficiais restantes, havendo cometido graves delitos contra a disciplina, tinham sido transferidos e afectados a postos diferentes no Fundo de Renovação Nacional.[1] «. . . É pois perfeitamente evidente,» concluia V. Nosek, no seu relatório, «que a decisão governamental referente à substituição de oito comandantes dos bairros de Praga, era um erro, pois as transferências verificadas em Praga eram de um caracter absolutamente diferente. Não há dúvida que, tomando em conta estas realidades, o governo não teria ordenado tais modificações. Não posso, portanto, senão pedir a revogação da decisão governamental em questão».[2]

Este relatório do Ministro do Interior, demonstrando que os comunistas estavam dispostos a examinar a situação, não chegou a ser apresentado, pois o governo não mais reuniu: os ministros do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático não compareceram e, no mesmo dia, apresentaram a sua decisão oficial nas mãos do Presidente E. Beneš. A crise ministerial assim eclodida foi, posteriormente, resolvida durante a luta dramática que opôs, de 20 a 25 de Fevereiro de 1948, as duas facções políticas antagónicas. Dado que as divergências existentes se transformaram, então, num conflito político de princípios, já não podia esperar-se uma solução de compromisso; tinha chegado o momento da prova de força decisiva, entre a classe operária e a burguesia.

[1] Fundo de Renovação Nacional — repartição encarregada da administração dos bens confiscados

[2] Arquivos do C.C. do P.C. da Checoslováquia

III. FEVEREIRO DE 1948

1. OBJECTIVOS E TÁCTICAS

Os interesses das duas classes antagonistas — os operários e a burguesia — eram defendidos, na vida política checoslovaca, pelos diversos partidos políticos: enquanto que os comunistas desejavam formar uma nova maioria socialista, isolar as forças de direita e retirar-lhe o poder político, os dirigentes do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático pretendiam, através da formação dum bloco anti-comunista e pelo desencadear de uma crise ministerial, enfraquecer as posições dos comunistas e reduzir-lhes o número de representantes no futuro governo. Os esforços desenvolvidos, pelos dirigentes desses partidos, para constituirem um bloco compacto anti-comunista exigiam, no entanto, a renúncia aos seus egoísticos interesses de classe, pois os leaders desses partidos perceberam que a satisfação dos seus interesses estava condicionada, também, pela vitória do bloco anti-comunista.

De início, os homens políticos de direita, supunham e esperavam que o Partido Comunista tentasse tomar a iniciativa pedindo a demissão dos seus ministros. Logo que essa esperança se revelou vã e se aperceberam de que o congresso dos conselhos de empresa e o das comissões campesinas constituiam o arranque da iniciativa comunista, decidiram eles próprios demitir-se, na esperança de assim provocarem a queda de todo o governo. O impulso, para a demissão dos ministros de direita, foi dado pela direcção do partido socialista nacional, que arrastou também, para esse seu plano as direcções do partido popular e do partido democrático.

Essa actitude das forças de direita, muito embora parecesse unida e concertada, desde o próprio momento da demissão que já fazia prever profundas divergências internas. Numerosos dirigentes do partido popular desaprovaram a demissão e o próprio J. Šrámek, lider desse partido, levantou dúvidas quanto à oportunidade dessa demissão. De princípio, também a direcção do partido democrático desaprovava essa actitude: a presidência do partido rejeitou-a em 20 de Fevereiro, por 7 votos contra 5, só a tendo aprovado mais tarde — por solidariedade. No entanto, alguns membros da sua presidência continuavam, mesmo após os factos consumados, a manter a sua actitude negativa quanto à demissão.

A direcção do partido socialista nacional não consultou préviamente, sobre esta questão, nem os social-democratas nem os ministros sem partido. Supunha que eles concordariam automáticamente, baseando-se num raciocínio muito simples: dado que a razão principal para a demissão era a situação no sector da Segurança, contava ganhar para essa demissão todos os que, em 13 de Fevereiro, haviam votado a favor do projecto apresentado pelos socialistas nacionais. Este raciocínio talvez pudesse ser correcto se

o único ponto em litígio fosse a situação no sector da Segurança. No entanto, as divergências de opiniões baseavam-se numa panorâmica bem mais vasta, nomeadamente quanto à concepção de conjunto sobre a democracia popular e a sua futura evolução. Assim, o diferendo político desde o princípio que se desenvolvia em dois planos, só dependendo da táctica das forças antagónicas em que medida uma delas conseguia maior influência que a outra sobre a opinião pública e consequentemente sobre toda a vida política.

Os representantes da social-democracia no governo e os ministros sem partido (J. Masaryk, Ministro dos Negócios Estrangeiros e L. Svoboda, Ministro da Defesa Nacional) não se juntaram à demissão. O chefe de Gabinete do Presidente da República, J. Smutný, afirmou mais tarde: «Foi a desagregação da unidade política, tal como se havia manifestado na votação de 13 de Fevereiro, que se tornou num dos factores essenciais para a derrota da acção dos ministros democráticos».[1/]

Qual a situação no seio do governo, após a demissão? — Dos 26 membros do governo, 14 continuavam no exercício das suas funções. Nessas condições, o governo dirigido pelo Primeiro Ministro K. Gottwald estava capacitado para prosseguir as suas actividades (o governo está em condições de governar se, pelo menos, metade dos seus membros mais o Primeiro Ministro, estão presentes). A essa mesma conclusão havia já chegado o presidium do CC do PC da Checoslováquia, na sua posição adoptada em 20 de Fevereiro de 1948, face à situação e ao ressaltar que, ao demissionarem, os ministros desses três partidos políticos haviam abandonado a plataforma do programa governa-

---

[1/] J. Smutný, «o Golpe de Estado de Fevereiro», tomo II. Londres 1954, pag. 10

mental e da Frente Nacional. Tendo-se, assim, juntado às forças oposicionistas, e, dado que o sistema vigente da democracia popular checoslovaca não estatuia oposição, fora do esquema acordado, haviam-se excluído, por si próprios, da vida política do país.

Os comunistas preconizavam como solução a renovação do governo; por isso, a direcção do P.C. da Checoslováquia decidiu iniciar, sem delongas, as conversações com a direcção da social-democracia e com aqueles, de entre os membros dos outros partidos, que desaprovavam a demissão. Na base dessas negociações, os comunistas pretendiam preparar um projecto de renovação do governo e exigir a sua aprovação pelo Presidente da República.

Uma vez acontecida a demissão dos 12 ministros, os comunistas alargaram as medidas já iniciadas e concentraram todos os seus esforços na satisfação das suas maiores reivindicações, ou seja, a aceitação da demissão desses ministros e a renovação do governo com representantes da Frente Nacional regenerada.

As direcções dos partidos políticos dos ministros demissionários decidiram prosseguir a sua campanha contra o Ministério do Interior, na esperança de conseguirem ainda a demissão de mais alguns ministros. Nos seus planos tácticos, esses leaders direitistas, contavam, nomeadamente, com o apoio do Presidente E. Beneš que, segundo os seus cálculos, poderia constranger os próprios comunistas a demissionar ou, pelo menos, forçá-los a fazer importantes concessões. Se bem que os dirigentes do partido socialista nacional, do partido popular e do partido democrático tenham negado, nas suas declarações de Fevereiro de 1948, as afirmações dos comunistas, segundo as quais o objectivo dos autores da crise ministerial seria formar um governo de funcionários seus, era evidente que para os partidos de direita essa teria sido a saída ideal para a situação criada.

Desde a eclosão da crise, o Partido Comunista lançou um contra-ataque enérgico, contando, nomeadamente, com o Movimento Sindical Revolucionário, com as comissões campesinas e com todas as outras organizações englobando os operários, camponeses e os outros assalariados. O P.C. procurava resolver a crise o mais rápido e económicamente possível, a fim de não entravar o progresso económico e de evitar complicações na esfera da política externa. Se bem que os comunistas tivessem inicialmente planeado travar a batalha decisiva sómente nas eleições legislativas, após a demissão dos doze ministros, mudaram de planos e decidiram aproveitar a situação para engrenar na prova de forças decisiva.

Este choque político, impulsionado por um problema de uma importância absolutamente secundária, transformou-se — pela exacerbação das contradições, pela atmosfera de extrema desconfiança e pela tensa situação internacional, num dilema fundamental: socialismo ou capitalismo? — O facto deste choque político haver tomado a forma duma decisiva luta de classes, foi resultante, em grande parte, também da táctica dos comunistas.

Os dirigentes dos partidos de direita, surpreendidos pelo rápido decurso dos acontecimentos, tiveram desde o início, que manter-se na defensiva, pois foram incapazes de elaborar um programa de mobilização unificado. Pouco a pouco, as direcções dos partidos de direita, tomaram consciência da sua situação desesperada e do carácter ilusório e quimérico dos seus anseios originais, procurando encontrar uma saída com «manobras de recuo», ou seja, no retorno ao governo primitivo. Mas a situação no país já não admitia um tal compromisso, pois entretanto havia sido criada uma nova correlação de forças, à qual já não correspondia a estrutura do anterior governo.

As primeiras remodelações ministeriais foram realizadas

na Eslováquia, onde o Presidente do Corpo de Comissários, G. Husák, já em Fevereiro tinha convidado, por carta, todos os representantes do partido democrático no Corpo de Comissários, a resignarem das suas funções, uma vez que havíam saído do governo os representantes desse partido. Posteriormente, em 23 de Fevereiro, encarregou os restantes comissários da gestão dos comissariados até aí dirigidos pelos representantes do partido democrático. Essas disposições foram seguidamente aprovadas pelo Primeiro Ministro, mas a sua validade definitiva estava dependente da evolução geral e das modificações que sucedessem no governo.

Resolver a situação no seio do governo era um problema bastante mais complicado, pois este era nomeado pelo Presidente e só ele estava legalmente autorizado a aceitar ou a recusar as demissões. O Partido Comunista decidiu aumentar a pressão sobre a direita, continuando simultaneamente a activar as massas trabalhadoras. A mobilização das forças revolucionárias era para o P.C. a mais segura garantia de que, mesmo no caso de vir a ser necessário adoptar uma outra solução, a classe operária encontrava, nos outros assalariados, um apoio firme que lhe permitisse assegurar-se a vitória final.

O plano de facto do P.C. da Checoslováquia partia do princípio de que a aceitação da demissão significaria implicitamente a remodelação do governo com novos ministros. Inicialmente, os comunistas planeavam formar, com a social-democracia, um governo cuja maioria no parlamento poderia ter sido imediatamente assegurada. Esta solução foi proposta à direcção da social-democracia com a oferta de 2/5 das cadeiras ministeriais. Um relatório a esse respeito foi apresentado, em 23 de Fevereiro de 1948, durante a sessão do Comité executivo central da social-democracia, pelo seu presidente, B. Laušman: «A demissão

é um facto definitivo, devemos agora salvar o que ainda pode ser salvo. Devemos decidir que vamos fazer. Eu e Tymeš,[1] estivemos com Gottwald. Os comunistas fizeram-nos as seguintes propostas: formar um governo de coligação, apoiar o Congresso dos Conselhos de empresa e aceitar o Congresso das Comissões Campesinas.

De manhã, durante uma entrevista com Zápotocký e Evžen Erban (dirigentes do Movimento Sindical Revolucionário — nota dos autores), Zápotocký disse-nos. «Os dados estão lançados. Tu e Gottwald, devem agora pôr-se à frente das massas trabalhadoras e formar um governo de dois partidos socialistas»[2].

A Direcção da social-democracia, que quiz desempenhar o papel de árbrito, nos acontecimentos de Fevereiro, tentava conciliar as forças políticas antagonistas, nessa época já inconciliáveis, por isso recusou a proposição mencionada. Sob a pressão da sua ala esquerda, a presidência da social-democracia checoslovaca condenou, na verdade, a demissão dos ministros de direita como inconsiderada e recusou juntar-se-lhes, mas, ao mesmo tempo, pedia o retorno ao anterior governo com a sua primitiva composição. Actitude idêntica foi tomada pelo seu comité executivo central, durante a sua sessão de 23 de Fevereiro: o comité recusou o projecto de V. Majer,[3] pedindo que os ministros social-democratas demissionassem mas, simultaneamente, rejeitou o projecto da sua ala esquerda que pedia que o partido se solidarizasse quanto à solução da crise, com a actitude do P.C. da Checoslováquia.

[1] František Tymeš, um dos chefes da social democracia

[2] A.I.M.L., do C.C. do Partido Comunista da Checoslováquia, f. 71. Do processo verbal da sessão de 23 de Fevereiro de 1948 do Comité executivo central da social-democracia; vêr também B. Laušman: «Quem foi culpado?». Viena 1953, pags. 174 e 195

[3] Václav Majer, um dos chefes da social-democracia

Entre todas essas concepções políticas, era a do Partido Comunista que tinha, desde o princípio, as melhores chances de sucesso. Os Comunistas eram os únicos que visavam consequentemente o seu objectivo, que haviam analisado, até aos mínimos pormenores, as diversas variantes possíveis da evolução das coisas e que, não sómente se apoiavam nas suas próprias forças, mas tinham também em conta as divergências internas e a indecisão dos seus adversários políticos.

2. PARTICIPAÇÃO DAS MASSAS TRABALHADORAS NOS ACONTECIMENTOS DE FEVEREIRO DE 1948

O que sobretudo caracterizou os acontecimentos de Fevereiro de 1948 foi a radicalização do movimento de massas, a sua participação nas diversas acções e a pressão cada vez maior, que exerciam sobre o conjunto da vida pública. Por participação directa das massas trabalhadoras nesses acontecimentos entende-se a cooperação activa de milhares de trabalhadores; durante a greve geral de aviso, o seu número ultrapassou os dois milhões. Evidentemente que a quota participativa dos diferentes grupos da população não era uniforme, expressando lógicamente os interesses e os traços característicos de cada uma das diferentes classes e camadas.

Foi a actuação dos operários das grandes empresas industriais e dos pequenos camponeses que influiu, de maneira decisiva, sobre os acontecimentos de Fevereiro, enquanto que eram muito mais passivas as camadas médias, cujos interesses imediatos eram defendidos princi-

palmente pela social-democracia e pelos partidos de direita e só em menor medida pelo P.C. da Checoslováquia, que lutava sobretudo pela defesa dos interesses vitais da classe operária e dos pequenos camponeses.

A perspectiva dos operários e pequenos camponeses, durante a crise de Fevereiro, sobre a futura evolução das coisas, era conforme à linha seguida pelo P.C.Ch., que englobava as camadas mais numerosas, mais activas, melhor organizadas e mais resolutas da população e cuja direcção devia, simultaneamente, fazer frente às diversas tendências extremistas que pretendiam resolver a situação pela via armada. O P.C.Ch. partia do princípio de que os partidos de direita, que jogavam principalmente nas negociações, não estariam em condições de organizar, num futuro próximo, uma resistência mais forte e calculava que a situação permitiria obter a vitória decisiva através de acções de massas e da neutralização dos elementos de direita.

Desde o início dos acontecimentos de Fevereiro que o P.C.Ch. tinha uma evidente superioridade e detinha nas suas mãos a iniciativa política pois, já muito antes de Fevereiro de 1948, que os comunistas se haviam dedicado aos preparativos das eleições e à táctica eleitoral a adoptar, cujo elemento essencial deveria consistir na pressão exercida, sobre a vida política, pelas grandes concentrações populares que, paralelamente com a prevista polarização de forças, poderiam ganhar os elementos hesitantes e indecisos para a política do P.C.Ch. O Congresso dos Conselhos de empresa, tal como o das Comissões campesinas, deviam marcar o início dessa possante pressão pré-eleitoral. Mas, em resultado da crise ministerial, entretanto aberta, a direcção do P.C.Ch. necessitou modificar os seus projectos, ao concluir que não poderia mais retardar a entrada em

acção das massas mas, antes pelo contrário, se tornava necessário acelerá-la ao máximo e desenvolvê-la de modo a que levasse à derrota da burguesia.

O Partido Comunista planeava, desde o princípio, aumentar essa pressão de massas e impeli-la, se necessário, até à greve geral, como meio extremo de solução da crise, sem recurso à força. Essa graduação das acções deveria, antes de tudo, reunir as massas em torno do P.C.Ch., enfraquecer simultaneamente as posições das forças de direita e paralizar as suas eventuais acções. Ao mesmo tempo, os comunistas confiavam em que a unidade e a decisão das massas populares, partidárias do P.C.Ch., levariam a uma nova diferenciação entre os elementos indecisos, esperando-se que, muito embora a nervosidade duma parte dessas camadas hesitantes atingisse um crescendo, na inversa, a outra parte acabaria por juntar-se ao P.C.Ch. Foi com esse objectivo que a direcção do P.C.Ch. continuou a limitar as reivindicações práticamente a uma só — exigir a aceitação das demissões e a formação de um novo governo da Frente Nacional regenerada.

Essa concepção táctica permitiu aos comunistas reunir, nas jornadas de Fevereiro, em torno da classe operária, a maioria dos outros assalariados. Essa unificação das massas ia-se desenvolvendo ao mesmo tempo que o processo de polarização da vida política, o qual se aprofundava, sobretudo desde que o P.C.Ch. havia qualificado como reaccionárias as direcções dos partidos de direita e como tentativa de golpe contra-revolucionário, de retorno a um regime burguês, ao desencadeamento da crise ministerial.

Imediatamente, após as primeiras manifestações ocorridas, logo a 21 de Fevereiro, na maioria das cidades regionais principais e em algumas distritais, nas quais participaram cerca de 600 000 assalariados, começaram a formar-se os primeiros orgãos da Frente Nacional regenerada — os comités de acção da Frente Nacional. O P.C.Ch. não pretendia ficar sózinho à frente do movimento, mas sim criar uma Frente Nacional, regenerada e isenta de homens políticos de direita, a qual deveria servir de base a todos os orgãos de poder. Nas jornadas que se seguiram, os comités de acção da Frente Nacional tornaram-se, efectivamente, no mais importante instrumento de mobilização das massas e, simultaneamente, orgãos de poder que zelavam, no quadro das suas circunscripções, pela realização das transformações revolucionárias, operadas na estrutura dos comités nacionais, na direcção dos partidos políticos, fábricas e empresas e no conjunto do aparelho de Estado.

Foi em 23 de Fevereiro de 1948 que, logo após o Congresso dos Conselhos de empresa, se constituiu um vasto e representativo Comité de Acção Central da Frente Nacional. O maior incremento dos Comités de acção produziu-se, no entanto, após a greve geral de aviso, quando os representantes de todos os partidos políticos e de todas as organizações de massas se dedicaram a participar nos seus trabalhos. Por um lado, os membros dos Comités de acção da Frente Nacional foram delegados, a esses orgãos, em representação das suas respectivas organizações, pelo outro, no entanto, representavam também certas correntes e grupos de oposição que se haviam constituido no interior das diversas organizações dos partidos de direita. Os Comités de Acção da Frente Nacional desempenharam, na crise de Fevereiro, o papel decisivo na tarefa de eliminação dos elementos de direita da vida pública do país.

O P.C.Ch. tinha como seu principal aliado o Movimento Sindical Revolucionário, que agrupava, então, dois milhões de trabalhadores e que, em Fevereiro, havia sobressaído não sómente como co-organizador das acções de massas de

apoio ao governo de K. Gottwald, mas também como força que exprimia as reivindicações e interesses da classe operária e dos outros assalariados. O Congresso dos Conselhos de empresa tornou-se o porta-voz das opiniões da classe operária, tendo sido convocado com objectivo de formular as reivindicações mais urgentes dos operários e empregados e insistir na sua satisfação.

A crise ministerial desencadeada, pelos homens políticos de direita, sobretudo com medo de que o Congresso dos Conselhos de empresa os colocasse em posição de adversários hostís às reivindicações das massas trabalhadoras, transformou a missão desse Congresso o qual, perante a nova situação, teve de se expressar sobre a solução da crise ministerial. A grande maioria dos delegados tomou uma atitude absolutamente clara, pronunciando-se pelo apoio ao governo de K. Gottwald e pelo projecto de solução da crise ministerial tal como havia sido apresentado pelo P.C.Ch. Por outro lado, o Congresso dedicou uma grande atenção à formulação das suas próprias reivindicações específicas, as quais resumiu num programa complexo de mobilização. Essa formulação conjunta da exigência principal — a da aceitação da demissão dos ministros — e das outras reivindicações, (nova etapa das nacionalizações, novo sistema de caixa de previdência e de reformas, nova reforma agrária) aliava vantajosamente os interesses gerais dos trabalhadores com os interesses imediatos de todas as camadas da população trabalhadora, o que aumentava as possibilidades de unificação das massas. O Movimento Sindical Revolucionário desempenhou um papel muito importante, também durante a greve geral de aviso, de 1 hora, em 24 de Fevereiro. Não sómente os comunistas, mas também a maioria dos social-democratas, membros de outros partidos e pessoas políticamente não organizadas, apoiavam essas reivindicações específicas e,

com elas, a exigência da aceitação da demissão dos ministros. Dado que essas reivindicações eram formuladas de modo a reforçar a unidade dos trabalhadores (expressamente, não eram formuladas exigências que pudessem enfraquecê-la), elas tiveram o apoio da maioria absoluta dos operários e empregados das fábricas.

A situação nos escritórios era, incomparávelmente, mais complicada pois, até aí, o pessoal administrativo, na sua maioria, assistia passivamente à marcha dos acontecimentos. Uma parte desse pessoal — nomeadamente os quadros superiores e médios — sofria a influência dos partidos de direita mas, com medo de perderem a subsistência, ficavam-se na expectativa. A actividade dos Comités de Acção e a actitude resoluta da classe operária, cujos representantes participaram na greve de aviso nos escritórios, impulsionaram finalmente a maioria dos funcionários a tomar parte na greve e a votar as resoluções apresentadas.

A greve geral de aviso marcou uma segunda transformação profunda no processo de unificação das massas, como expressão do apoio massiço dos trabalhadores às reivindicações formuladas pelo Congresso dos Conselhos de empresa e às soluções propostas pelo Partido Comunista. Entre 24 000 fábricas e escritórios, sómente 32 escritórios de menor importância recusaram tomar parte nessa greve e sómente uma média de 2 % dos trabalhadores se pronunciaram contra as resoluções apresentadas. A greve geral de aviso e o grau de unidade por ela exprimido influciavam de modo decisivo, também, na evolução da situação nos outros partidos da Frente Nacional.

O partido social-democrata atravessava, então, uma profunda crise interna, que atingiu o seu auge justamente nas jornadas de Fevereiro e que impediu o partido de tomar uma atitude aberta face à crise ministerial. A presidência do partido, que se manteve em reunião

durante toda a jornada de 24 de Fevereiro, também não encontrou solução. Sómente na noite de 24 a esquerda social-democrata dirigida por Z. Fierlinger publicou, sob a imediata influência da greve de aviso, uma proclamação, na qual apoiava o projecto comunista. Os representantes da ala esquerda do partido ocuparam o secretariado do Comité Central e a tipografia do jornal «Právo Lidu». A direita ficou impossibilitada de influir sobre a evolução da situação no seio do partido, o que obrigou o presidente dos social-democratas a concluir um acordo com Z. Fierlinger, em virtude do qual a social-democracia consentia que os seus representantes fizessem parte do governo regenerado de K. Gottwald.

Também no interior dos outros partidos se produziram reviravoltas. Durante a sessão do grupo parlamentar do partido popular checoslovaco, reunido em 24 de Fevereiro, foi feita uma crítica da linha política da direcção do partido pelos deputados A. Petr, J. Plojhar e D. Polanský, que à tarde formaram um comité de acção e tomaram nas suas mãos o orgão central de imprensa do partido assim como o seu secretariado central.

Foi também formado um comité de acção no seio do partido socialista nacional, tendo à cabeça os deputados E. Šlechta e A. Neuman, assim como J. Mátl e F. Koktán, membros do Conselho Central dos Sindicatos, que tomaram nas mãos, após um acordo prévio com o Comité de Acção da tipografia Melantrich, o jornal «Svobodné Slovo», orgão central do partido socialista nacional.

Produziu-se uma situação análoga no partido democrático eslovaco, alguns membros da direcção desse partido (M. Polák, J. Lukačovič, J. Mjartan, A. Granatier) que desaprovavam as decisões da maioria da direcção, após a sessão do comité executivo, em 23 de Fevereiro, entraram em oposição e em 25 de Fevereiro constituiram um comité de acção.

As forças oposicionistas e de esquerda impuseram, assim, transformações internas em todos os partidos não-comunistas e obtiveram, pela via revolucionária, uma revisão geral da sua política. Dado que essas forças oposicionistas estavam dispostas a entrar no novo governo, K. Gottwald pôde elaborar o projecto de um novo gabinete englobando todos os partidos políticos representados no governo precedente.

A crise ministerial pôde ser solucionada definitivamente graças, também, às transformações entretanto acontecidas na social-democracia, que asseguraram ao governo de K. Gottwald o apoio da direcção desse partido. Assim, os dois partidos — comunista e social-democrata, que detinham a maioria, ainda que pequena, dos lugares de deputados, eram uma garantia segura do caracter parlamentar do novo governo.

No entanto, mesmo no caso em que a social-democracia não tivesse passado por essa evolução e que o novo governo não tivesse tido senão o apoio da sua ala esquerda, o novo gabinete da Frente Nacional regenerada teria obtido a maioria parlamentar; como ficou demonstrado pelos resultados de uma sondagem aprofundada, efectuada pelo grupo parlamentar comunista, de colaboração com os deputados oposicionistas dos outros partidos, o novo governo teria ganho, após uma votação tempestuosa o apoio da maioria da Câmara de Deputados. Assim, os que afirmam que sómente as transformações sobrevindas no seio da social-democracia permitiram a Gottwald formar um novo governo e assegurar-se a maioria parlamentar não teem razão. A crise ministerial de Fevereiro de 1948 teria tido, com a maior probabilidade, o mesmo desenvolvimento, mesmo sem as transformações surgidas no interior da social-democracia. A formação do bloco de esquerda e do centro na social-democracia reforçou, no entanto, de forma

apreciável, a unidade das forças consequentemente socialistas conduzindo, simultaneamente, a um isolamento quase completo dos partidos políticos de direita.

As direcções desses partidos substimavam as acções de massas, às quais não davam práticamente qualquer importância; o que explica, pelo menos em parte, a falta de capacidade de acção de que esses partidos deram provas nas jornadas críticas. Os leaders de direita suposeram que a crise ministerial seria resolvida pelo Presidente da República e que seria prolongada, daí uma certa negligência da sua parte. No dia da sua demissão, P. Zenkl ordenou ao secretário do seu partido que iniciasse os preparativos para as eleições. Um grande número de dirigentes políticos de direita sairam por essa ocasião de Praga, os socialistas nacionais preparavam a sua primeira manifestação pública sómente para o dia 26 de Fevereiro, etc. A única acção, de uma certa envergadura, organizada pelos jovens socialistas nacionais, foi a marcha de um grupo de estudantes sobre o Castelo de Praga nos dias 23 e 25 de Fevereiro. Segundo as estimativas do Corpo de Segurança Nacional, o cortejo contava cerca de 3 000 estudantes, acreditando nas afirmações dos emigrados esse número elevar-se-ia a 10 000. Mesmo que se tomasse como verdadeira esta última cifra, a relação entre o número de participantes nessa manifestação estudantil e o dos participantes na greve geral de aviso não passava de 1 para 200, percentagem que também era expressada, pouco mais ou menos, pela proporção geral entre os dois grupos antagónicos que participaram activamente nos acontecimentos de então e que, na realidade, decidiu do resultado dessa prova de forças de Fevereiro de 1948.

Os esforços e a resolução dos comunistas culminaram, em 25 de Fevereiro, quando o P.C.Ch. organizou a mais grandiosa manifestação que até então havia tido lugar em

Praga e na qual tomaram parte mais de 200 000 trabalhadores. Esperava-se com muita impaciência a decisão do Presidente da República, o qual de manhã prometeu à delegação do P.C.Ch. dar a sua resposta definitiva, sobre a aceitação ou recusa das demissões ministeriais. Como segunda eventualidade, que não estava ainda definitivamente excluída nesse momento, o presidium do C.C. do P.C.Ch. previa, inclusivé, a necessidade de organizar uma greve geral, que deveria constituir o último meio de pressão sobre o Presidente e, ao mesmo tempo, a fase suprema de unificação das massas trabalhadoras.

O Presidente E. Beneš foi também informado da possibilidade de uma greve geral. No registro estenografado da Agência de Imprensa Checoslovaca, ČTK, sobre a visita ao Presidente de uma delegação do P.C.Ch., em 25 de Fevereiro de manhã, escreve-se o seguinte: «O deputado Zápotocký, presidente do Conselho Central dos Sindicatos, pediu ao senhor Presidente que tomasse uma decisão em conformidade com o projecto do Primeiro Ministro: «também para nós não nos é agradável estar nesta situação e de vos ver também nela, Senhor Presidente. Quantas vezes já falámos aqui destas coisas, tentando tudo para manter a calma, nomeadamente na esfera da produção. Após cada guerra mundial, acumula-se muito descontentamento e radicalismo. Sempre receámos que tais coisas acontecessem no nosso país pois, muitas vezes, basta uma pequena pedra para precipitar a avalanche. Eis-nos agora em tal situação. Nas fábricas essa avalanche começa a resvalar. Isso não nos convém; nós necessitamos de calma e de ordem no país. Quanto mais prolongada fôr a crise maior será a radicalização. E, contra essa avalanche, o homem não pode nada, pois se recusa juntar-se-lhe, será esmagado.» Acrescentando ainda que até aí todas as acções se haviam desenvolvido na calma absoluta; mas que não tinha

a certeza de que essa calma geral fosse mantida, também, nas horas que se seguiriam e fez igualmente menção a uma eventual greve geral.»[1]

Segundo o plano do P.C.Ch., que estava decidido a impôr, de qualquer modo, a sua solução para a crise ministerial, a greve geral devia, de todos os modos, resultar numa solução definitiva.

3. PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

O Exército e o Corpo de Segurança Nacional (SNB) desempenhavam um papel importante nos projectos e cálculos dos principais partidos políticos que se preparavam para a prova de forças decisiva. Os comunistas apostavam, nomeadamente, no Corpo de Segurança Nacional, os seus adversários políticos esperavam o apoio, sobretudo, do exército. Mas enquanto que os comunistas podiam contar, quase a 100 %, com o apoio do Corpo de Segurança Nacional — o Ministro do Interior era um comunista e o P.C.Ch. exercia uma forte influência nesse corpo — a situação no exército era relativamente embrulhada e, em todo o caso, não muito clara. Esta diversidade de situações, no seio das forças armadas, também influia sobre os pontos de partida e negociações subsequentes das forças políticas antagonistas.

O exército, como formação militar mais numerosa, contando cerca de 140 000 homens, estava no centro de particulares atenções por parte de todos os partidos políticos. Por altura dos preparativos imediatos da decisiva prova

[1] Arquivos do Gabinete do Presidente da República — O registro é integralmente citado por J. Smutný: O golpe de Estado de Fevereiro, tomo IV, Londres 1954, pag. 159

de forças, as actividades partidárias no seio do exército foram bastante intensificadas. Enquanto que os socialistas nacionais — principalmente a sua ala radical —, apostavam numa integração eventual do exército nos seus planos, os comunistas procuravam, sobretudo, neutralizá-lo. Dado que ambos os campos políticos antagónicos poderiam, em determinadas condições, realizar os seus propósitos e foi possível impedir o exército de intervir directamente nos acontecimentos de Fevereiro de 1948, foram os objectivos do P.C.Ch. que vingaram. O exército poderia, no entanto, ter intervido imediatamente no curso dos acontecimentos, no caso em que o Presidente da República, na sua qualidade de comandante supremo, o houvesse ordenado ou no caso de um dos comandantes ter abusado e ordenado à sua unidade que interviesse. A prova de que essas considerações não eram únicamente puras teorias foi, mais tarde, fornecida por V. Krajina, secretário geral do partido socialista nacional, que a esse respeito escreveu o seguinte: «Uma acção com o apoio do exército era, naturalmente, possível, mas para isso o Presidente Beneš deveria, no momento crítico, pôr-se ele próprio à cabeça da contra-acção. O que o Presidente poderia ter feito na sua qualidade de comandante em chefe das forças armadas. Mas sem a ordem do Presidente, nenhuma acção desencadeada para liquidar o golpe poderia ter sido coroada de êxitos.»[1]

No entanto a enorme pressão provocada pelas acções de massas, organizadas pelos comunistas, paralizou todas as tentativas para abusar do exército. Para a neutralização do qual contribuiu também a participação do comandante do exército na sessão constituitiva do Comité de Acção Central da Frente Nacional, em 23 de Fevereiro de 1948, em que

[1] V. Krajina: como foi que tudo se passou?, jornal «Svobodný Zítřek» Paris 1949, nº3

L. Svoboda, Ministro da Defesa Nacional, proclamou em nome do comando do exército checoslovaco:

«Viemos aqui como representantes do exército checoslovaco, do nosso exército democrático popular, que não está nem deverá jamais estar separado do seu povo, mas que partilha e defende os seus interesses supremos e que faz parte integrante dos seus esforços. Na actual situação o exército tem a sua palavra a dizer, na sua qualidade de importante organização nacional acima dos partidos... O legado principal que nos foi transmitido pelos combatentes mortos na luta pela liberdade e o progresso foi o de velar pela unidade das nossas fileiras... Seja quem fôr que rompa essa unidade, semeie a discórdia nas nossas fileiras, recuse cooperar ou provoque a desordem no nosso trabalho, não queira o bem da República, conduz-se como um inimigo do povo e deve ser eliminado. Ninguém deverá ser isento desse dever, pois ninguém deve elevar os seus interesses pessoais acima dos do Estado». 1/

Após esta primeira tomada de posição pública do comando do exército, qualquer eventual acção individual deveria, ainda mais, tomar o caracter de golpe armado ou de uma sedição militar. No entanto ninguém poderia excluir essa eventualidade extrema, pois ninguém podia saber se um dos comandantes de uma guarnição não tentaria uma acção por sua própria iniciativa.

Seriam as unidades do Corpo de Segurança Nacional, com um efectivo de 40 000 homens, que deviam contrabalançar tais tentativas eventuais. Em Fevereiro de 1948, o Partido Comunista obteve o apoio de quase todo o Corpo de Segurança Nacional.

Durante a crise ministerial de Fevereiro, o Corpo de Segurança Nacional tinha por missão manter a ordem,

1/ A.I.M.L. do C.C. do P.C.Ch., f.Fevereiro, j. 7941

impedir as provocações e abafar no ovo quaisquer tentativas visando provocar conflitos abertos. Desde o primeiro dia da crise ministerial, o Corpo de Segurança Nacional, foi posto em estado de alerta em todo o território do país: dois regimentos móveis foram enviados para Praga e um para os arredores de Bratislava, a fim de vigiar os edifícios e outros objectivos importantes. As tarefas cumpridas pelo Corpo de Segurança Nacional durante os acontecimentos de Fevereiro, práticamente, não ultrapassaram o âmbito do serviço de ordem, decorrente da sua missão de organismo encarregado de proteger a ordem pública segundo as directivas do governo legalmete eleito. Não foi proclamado o estado de emergência, nem tomadas quaisquer outras medidas que limitassem os movimentos da população.

As Milícias Populares também desempenharam um papel importante em Fevereiro de 1948. Como formações operárias, as Milícias Populares, eram um elemento sem precedentes na Checoslováquia se bem que, de certo modo, elas tenham engrenado com as actividades das milícias de empresa, formações armadas do Movimento Sindical Revolucionário, que já existiam em 1945—1946, com o objectivo de protegerem as fábricas e empresas contra possíveis actos de sabotagem, por parte dos alemães expulsos, para esse efeito recebiam um treinamento irregular e estavam dotadas com armas ligeiras de infantaria. Os seus efectivos nunca ultrapassaram os 40 000 homens. Nos fins de 1946, tendo terminado a transferência dos alemães, os efectivos das milícias de empresa foram consideravelmente reduzidos e a maioria das suas armas foi devolvida. Nas empresas sómente ficaram alguns homens armados, que constituiam os chamados guardas de empresas.

No princípio de 1948, dada a exacerbação das divergências no seio da Frente Nacional, o P.C.Ch. recomeçou a considerar a eventualidade de formar, nas fábricas,

grupos armados que servissem de apoio à classe operária e assegurassem, em conjunto com o Corpo de Segurança Nacional, uma superioridade absoluta durante o confronto decisivo que se aproximava. O P.C.Ch. procurava evitar essa prova de força, considerando que a acção inesperada dos operários poderia influir, de um modo considerável, no curso dos acontecimentos. Por isso mesmo, logo após o 17 de Fevereiro, foram formados nas fábricas e empresas, Corpos de Guarda que, em 20 de Fevereiro, se transformaram em numerosas unidades de acção rápida. Assim foram renovadas em numerosas fábricas, as antigas milícias de empresa. Em 22 de Fevereiro constituiram-se em Praga as unidades de Milícias Populares, cujo nome foi, em seguida, alargado a todas as outras unidades armadas nas fábricas. Nas jornadas de Fevereiro, as unidades das Milícias Populares contavam, ao todo, entre 15 000 a 18 000 operários, as unidades mais fortes eram as de Praga, cujos efectivos atingiram 6 550 homens. As unidades das Milícias Populares estavam, na sua maior parte, insuficientemente armadas. Na Eslováquia, foram postas em estado de alerta, não sómente as unidades das Milícias Populares mas também os antigos resistentes, que já haviam sido activados durante a crise política Eslovaca. As unidades mais numerosas foram, então, formadas pelos membros da União dos Resistentes em Bratislava, Brezno, Prievidza, Komárno e Bánovce.

Em comparação com as formações armadas regulares — o Exército e o Corpo de Segurança Nacional —, as unidades das Milícias Populares e da União de Resistentes, eram indubitàvelmente menos numerosos e inferiormente armados. Se bem que elas não tenham intervido directamente nos acontecimentos de Fevereiro, a sua parte na vitória de Fevereiro de 1948 foi considerável, pois influenciaram, sobretudo psicológicamente, no decorrer dos acontecimentos, pelas suas atitudes resolutas, a sua ponderação e a sua decisão.

Todos e cada um dos elementos armados contribuiram para a vitória de Fevereiro, paralizando as actividades dos grupos reaccionários radicais, impedindo às forças de direita de se unirem e agirem, exercendo a sua influência nas fileiras dos hesitantes e reforçando de um modo apreciável a unidade e a determinação das forças políticas agrupadas em torno do Partido Comunista da Checoslováquia. Eles actuaram, na prova de forças de Fevereiro de 1948, sobretudo para impedir que degenerasse em guerra civil. A sua participação nos acontecimentos de Fevereiro influiu favorávelmente no seu desenvolvimento pacífico.

4. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E A ASSEMBLEIA NACIONAL

Na consciência das pessoas de então, o Presidente da República, E. Beneš, passava por um homem que não intervinha na vida política, que só de longe seguiria a evolução da política interna e o facto de não participar na vida pública e de não haver tomado parte na movimentação de Fevereiro, pareceria confirmar a justiça dessa hipótese. No entanto, seria simplificar muito as coisas, avaliar o seu papel na vida política do país únicamente na base dessas aparências.

No período de 16 a 20 de Fevereiro, ele foi informado por diversas fontes sobre a crise ministerial iminente — tanto directamente, pelos representantes dos partidos políticos, como indirectamente pelo seu Chefe de Gabinete J. Smutný e pelo Dr. Jína, Chefe do Departamento político do Gabinete do Presidene da República. Segundo todos os documentos, até hoje disponíveis, o Presidente aprovava

a política absentista dos partidos de direita, na qual ele via um meio para forçar a realização da decisão governamental de 13 de Fevereiro mas, no que respeitava à planeada demissão dos ministros, não dispunha senão de informações muito fluídas e inexactas. A 18 de Fevereiro, P. Zenkl e H. Ripka anunciaram-lhe que, mais do que provávelmente, os ministros de todos os partidos não-comunistas apresentariam, muito brevemente, a sua demissão, tendo o Presidente Beneš concordado com essa decisão, com a condição de que essa demissão englobasse também os ministros social-democratas, pois esperava, assim, enfraquecer a posição dos comunistas. Quando, após os acontecimentos de Fevereiro comentava, nas suas observações, a sua maneira de agir, ele anotou, segundo indicou mais tarde J. Smutný: «Também eu cometi alguns erros durante a crise, mantive-me muito à parte, não deveria ter permitido que eles recusassem tomar parte nos trabalhos do governo. Claro que, eu não tinha o direito de os obrigar a isso, mas deveria ter-me apercebido que daí resultaria um conflito implacável.» 1/

A demissão dos doze ministros e a firme atitude de K. Gottwald, que reclamava a aceitação, pelo Presidente, das demissões e que ele renovasse o governo de acordo com as suas propostas, puseram E. Beneš perante um dilema: sabia que não podia forçar a demissão de um governo cuja responsabilidade não havia sido posta em causa por uma moção de censura e cuja maioria dos ministros não estava demissionária, mas supunha que recusando aceitar as demissões ajudaria os ministros a retomar as suas funções. Por isso tentou impôr esse tipo de solução que ele supunha a mais favorável e tentava assegurar-lhe o apoio dos

1/ J. Smutný, o Golpe de Estado de Fevereiro, tomo 1, Londres 1954, pag. 36

homens políticos de todos os partidos. Ele baseava a sua missão específica, durante a crise de Fevereiro, nas conversações pessoais, através das quais esperava restabelecer a cooperação entre os partidos.

Dado que este primitivo plano de Beneš acabou por não se realizar, tentemos encontrar as razões que o levaram a modificar as suas disposições.

O Presidente E. Beneš retornou, à Checoslováquia libertada, como um homem político universalmente reconhecido que gozava de uma autoridade indiscutível, não sómente entre as personalidades dirigentes dos países aliados, mas também na vida pública da Checoslováquia. Ele representava o tipo pragmático do homem político, que preferia confiar na razão que na intuição e na fantasia. Não era um tribuno mas, principalmente, um homem político tenaz e perseverante, para quem os outros não passavam de discipulos. Não sabia fazer amigos, era um caracter tímido e fechado. Confessou um dia a J. Masaryk que, ao contrário de numerosos outros homens políticos, que se dedicavam a passa-tempos variados — uns apanhando cogumelos, outros dedicando-se à bebida ou às mulheres — ele tinha uma única paixão: a política. E deve dizer-se que na realidade se entregou de corpo e alma à política e foi um homem político infatigável e muito experiente.

Todos os partidos políticos agrupados no seio da Frente Nacional reconheciam em E. Beneš uma autoridade e uma forte personalidade da vida política. Exercia um forte ascendente, nomeadamente sobre os socialistas nacionais e os social-democratas. Os representantes desses partidos políticos consultavam-no, não sómente a respeito de todos os projectos de lei mas, muitas vezes, também sobre a sua própria linha de conduta. Todos os outros partidos políticos gostavam de conhecer a sua opinião sobre todas as questões importantes no domínio da política externa — e de início

até mesmo sobre às da esfera da política interna. Com o objectivo de manter a concórdia e a cooperação entre os partidos da Frente Nacional o Presidente aceitava por vezes as recomendações do governo muito embora a sua opinião fosse diferente e persistisse em manter a sua convicção pessoal.

Enquanto que a revolução nacional e democrata era ainda uma etapa que correspondia, em numerosos aspectos às ideias que Beneš tinha da «democracia socializante», como ele chamava, figurativamente, ao novo regime, a fase seguinte da revolução e a sua orientação socialista cada vez mais marcada, já ultrapassavam o quadro das suas convicções pessoais, em princípio democrático-burguesas. A democracia popular, para ele, não devia passar de uma comunidade nacional socialmente reformada, na qual certos traços que, segundo a classe operária e a maioria dos outros assalariados, deviam constituir uma base permanente do novo regime, para ele eram sómente transitórios enquanto que outros, que ele considerava imutáveis eram, pelo contrário, considerados passageiros pelas forças revolucionárias.

A exacerbação das divergências entre os países com regimes sociais diferentes e o aumento da tensão social no seio da sociedade Checoslovaca, foram consideradas por E. Beneš como fenómenos transitórios, por isso tentava convencer todos os partidos políticos da necessidade de dirigirem a sua política de modo a ultrapassarem essas diferenças e a não as utilizarem na luta política. Ele acreditava que a situação e a relação de forças existentes podiam ser conservadas. Esta era uma concepção irrealista que não tinha em conta as leis naturais da evolução social.

A crise ministerial de Fevereiro de 1948, foi para E. Beneš um desvio inesperado que procurou superar, com todas as suas forças e por todos os meios ao seu alcance; ele

havia-se dado conta de que o agravamento das divergências tinha já atingido tais limites que nenhuma das forças antagónicas estaria disposta a regressar ao quadro da anterior relação de forças, mas esperava conseguir convencer os partidos políticos da necessidade de um compromisso e assim restabelecer a cooperação no seio da Frente Nacional. De início, o Presidente não atribuia muita importância às acções de massas organizadas pelos comunistas pois, no âmbito das suas concepções políticas, jogava sobretudo em negociações de coligação, às quais ele pretendia dar o impulso. Foi, no entanto, profundamente impressionado pela força e espontaneidade do Congresso dos Conselhos de empresa após cuja reunião ele compreendeu que era práticamente impossível o retorno à situação de antes da crise. A recusa categórica, por K. Gottwald, ao projecto de Beneš convidando os partidos a iniciarem negociações, a firmeza com a qual os comunistas fizeram valer as suas exigências e por fim a passividade total dos dirigentes dos outros partidos políticos, que fizeram recaír sobre ele toda a responsabilidade da solução da crise convenceram Beneš a aceitar as demissões, mas insistindo na manutenção da estrutura de governo existente e no direito das direcções dos partidos nomearam os seus próprios representantes para esse governo. Ele deu a conhecer essa decisão, ainda a 22 de Fevereiro, aos representantes de todos os partidos, o que consternou, literalmente, os leaders de direita.

Em 23 e 24 de Fevereiro, o Presidente Beneš, persistia na sua opinião de que as direcções existentes dos partidos políticos deviam propôr os novos membros do governo. Na sua carta dirigida, em 24 de Fevereiro, ao Presidente da República, o P.C.Ch. recusava, categóricamente, essa alternativa. Foram, finalmente, a greve de aviso de 1 hora e a noticia de uma eventual greve geral que abalaram as

concepções de Beneš, que não esperava um desenvolvimento tão poderoso das actividades dos Comités de Acção da Frente Nacional nem a reviravolta na direcção da social-democracia que, em 24 de Fevereiro, se pronunciou pela sua entrada no novo governo de Gottwald.

Até ao último momento, ninguém sabia qual iria ser a atitude do Presidente. Segundo algumas testemunhas, ainda às 15 horas de 25 de Fevereiro, ele teria reafirmado a sua decisão de recusar as demissões dos doze ministros mas, às 16 horas e 40, ele tinha, no entanto, assinado e nomeado o novo governo.[1/]

Quase todos os autores, que escreveram sobre os acontecimentos de Fevereiro, se esforçaram por descobrir os motivos que levaram o Presidente Beneš a assinar as demissões. Desses trabalhos iremos citar únicamente os motivos que nos parecem importantes. Para além do medo da guerra civil, foi sem dúvida a sua firme convicção da esmagadora superioridade do P.C.Ch. e da sua firme determinação em não admitir, de modo algum a situação de antes de Fevereiro. Foi também muito desiludido pela incapacidade organizacional e a fraca capacidade de acção dos outros partidos políticos.[2/] Acreditava que, aceitando as demissões, poderia salvar, pelo menos parcialmente, as antigas posições dos partidos de direita.

[1/] No governo da Frente Nacional regenerada, o P.C.Ch. tinha 8 membros, o P.C.S. 3, o P.S.D. 3, o P.S.N. 2, o P.P. 2, o P.D. 1, o Partido da Liberdade 1 e o Movimento Sindical Revolucionário 2. Dois outros membros do governo não pertenciam a qualquer partido.

[2/] Numa carta enviada, após Fevereiro, a amigos seus no Ocidente, escreveu: «Acusam-me de os haver desiludido e eu acuso-os de me haverem desiludido no momento decisivo. Eu não poderia imaginar até que ponto lhes faltava espírito de organização e de decisão, no preciso momento em que deveriam ir para a frente» (F. Perontka, E. Beneš foi culpado?, Londres 1950, pag. 18)

Certas obras da literatura Ocidental (principalmente as dos antigos dirigentes socialistas nacionais emigrados) atribuem a principal razão da sua derrota de Fevereiro à conduta do Presidente Beneš. Sem pretender tomar partido nessa disputa, deve dizer-se que o Presidente tinha únicamente possibilidades muito limitadas de influenciar activamente no curso dos acontecimentos. Se forem excluídas as intervenções que teriam significado uma violação da Constituição ou das regras parlamentares (como por exemplo: a substituição do governo maioritário existente por um gabinete de gestão ou a intervenção do exército sem o consentimento do Primeiro Ministro), constata-se que sómente lhe restava a alternativa de recusar as demissões, abdicar do seu cargo e levar a sua decisão ao conhecimento do povo. Mas tudo leva a crer que o Presidente estava ciente de que um tal procedimento teria forçosamente provocado contra-medidas por parte do Partido Comunista e provocado graves complicações na esfera da política externa, o que poderia resultar numa guerra civil. Com receio desta possível evolução das coisas, o Presidente decidiu finalmente aceitar a demissão dos ministros. Se bem que, as posteriores atitudes de Beneš revelem claramente a sua hostilidade para com os resultados obtidos em Fevereiro de 1948, o facto histórico é que, foi a sua conduta que permitiu resolver a crise ministerial pela via constitucional.

O desenrolar da crise ministerial de Fevereiro de 1948 poderia também ter sido considerávelmente influenciada pela Assembleia Nacional Constituinte; o mérito de que isso não tivesse acontecido deve-se, mais que aos comunistas, ao carácter improvisado e pouco reflectido dos planos dos partidos de direita; com efeito, a Assembleia Nacional Constituinte poderia ter, então, votado a moção de censura, o que provávelmente teria conduzido, na situação existente,

a novas eleições antecipadas. Como nenhum grupo parlamentar havia pedido a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Nacional Legislativa, na base de um requerimento escrito, assinado por, pelo menos, 2/5 dos deputados, a Assembleia Nacional Constituinte só deveria reunir-se em sessão ordinária nos dias 24 e 25 de Fevereiro de 1948. É verdade que na sua agenda figuravam os debates dos projectos de lei sobre o Banco Nacional e os meios de pagamento Checoslovacos, sobre a expropriação da bolsa de valores imobiliários, sobre as indemnizações às vítimas da Segunda Guerra Mundial, sobre a protecção das patentes de invenção, a ratificação dos acordos comerciais entre a Checoslováquia e a França, assim como alguns outros projectos de lei mas, apesar disso, teria sido possível na ordem do dia o voto da moção de censura, desde que proposta por, pelo menos, 100 deputados. A situação na Assembleia Nacional era muito complicada e muito embora os comunistas calculassem que numa eventual tempestuosa votação nominal (como era exigida por lei), o governo teria garantido a maioria, tentavam adiar a sessão da Assembleia, pois uma longa e penosa discusão, no seio desse orgão nacional, poderia complicar e prolongar o desenvolvimento da crise. Mas, no entanto, o adiamento da sessão da Assembleia era, também, pedido por alguns representantes dos outros partidos, incluindo uma parte das suas direcções, que confiavam em que o litígio fosse resolvido em definitivo pelo Presidente da República. Por isso quando a presidência da Assembleia Nacional Constituinte se reuniu, em 23 de Fevereiro de 1948, decidiu por unanimidade adiar a sessão para mais tarde «em consequência da situação política e da crise ministerial».[1] Ainda

[1] Arquivos da Assembleia Nacional — processo-verbal da sessão da presidência da Assembleia Nacional Constituinte de 23 de Fevereiro de 1948

hoje os exilados políticos checoslovacos se censuram por haverem cometido esse erro, pois supõem que a Assembleia Nacional Constituinte poderia, então, haver reforçado as suas posições e ter influido sobre a decisão do Presidente da República.

A acuidade do enfrentamento de Fevereiro não se fazia, práticamente, sentir no seio da Assembleia Nacional. Em 25 de Fevereiro constitui-se nesse orgão um Comité de Acção, que dirigiu a 229 dos 300 deputados uma declaração (que não foi enviada aos outros 71 deputados), com cuja assinatura se comprometiam a «apoiar totalmente o governo de K. Gottwald nos seus esforços pelo cumprimento do Programa de edificação governamental». Esta proclamação foi seguidamente assinada por 223 deputados (93 do P.C.Ch., 21 do P.C.S., 29 social-democratas, 32 do partido popular, 25 socialistas nacionais, 20 do partido democrático e 3 do partido da liberdade) que assim passaram a membros dos respectivos grupos parlamentares. Todos os outros deputados conservaram a sua imunidade parlamentar, podendo participar nas sessões como deputados independentes. Quando o novo governo de K. Gottwald, nomeado a 25 de Fevereiro pelo Presidente da República, se apresentou a 10 de Março perante a Assembleia Nacional, para lhe requerer a aprovação do seu programa, 245 dos 300 deputados estavam presentes. Durante a sessão 11 deputados abandonaram a sala mas todos os outros 230 deputados presentes exprimiram unanimemente a sua confiança no novo gabinete. Assim, a crise ministerial foi definitivamente resolvida, em total conformidade com as regras parlamentares. O governo de K. Gottwald tinha assegurado o apoio de mais de dois terços dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

5. FEVEREIRO DE 1948 CONSIDERADO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Um dos principais argumentos, que os homens políticos e comentaristas burgueses, se não cansam de repisar é o de que a União Soviética se teria ingerido, durante as jornadas de Fevereiro, nos assuntos internos da Checoslováquia. Essa tese apareceu, pela primeira vez, na imprensa burguesa, ainda durante os acontecimentos de Fevereiro, podendo-se encontrar alusões a esse respeito nas notas dos EEUU, da Grã-Bretanha e da França em 26 de Fevereiro, foi desenvolvida na carta endereçada pelo governo chileno ao Secretário Geral da ONU, Trýgve Lie, etc. Em todos esses documentos se requeria que «a questão checoslovaca» fosse posta na ordem do dia da sessão do Conselho de Segurança. O argumento principal, de apoio a essa alegação seria a chegada à Checoslováquia, precisamente na véspera dos acontecimentos de Fevereiro, de V. Zorine, então Ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da URSS e anterior embaixador soviético na Checoslováquia.

V. Zorine veio à Checoslováquia, sobretudo, porque foi encarregado do controlo dos fornecimentos soviéticos de cereais. Desde a sua chegada travou negociações, a esse respeito, com o Ministro dos Transportes I. Pietor e com o Ministro da Alimentação V. Majer. Em 22 de Fevereiro ele participou no Congresso da União de Amizade Checoslovaco-Soviética. Encontrou-se também com J. Masaryk, com quem se debruçou sobre a situação internacional em geral. Com K. Gottwald examinou principalmente a situação política interna. Dado que o governo soviético já há muito tempo que se inquietava por ver multiplicarem-se, em certos meios políticos checoslovacos, tendências manifestamente anti-soviéticas, disse a K. Gottwald que, como Primeiro Ministro, não deveria permitir o enfraquecimento dos laços de amizade entre os dois países e assegurou a K. Gottwald que a União Soviética não permitiria que os Estados Ocidentais se ingerissem nos assuntos internos da Checoslováquia. Essa mesma atitude era formulada, em substância, no jornal soviético Pravda de 22 de Fevereiro de 1948: «O bloco de três partidos — socialista nacional, popular e democrático — conspirou contra a Frente Nacional. De acordo com directivas externas, esse bloco desencadeou uma crise ministerial e com o seu comportamento irresponsável levou o país a uma situação perigosa. Esse é o significado das demissões dos ministros reaccionários dos três partidos governamentais.

A reacção internacional tenta semear a discórdia nas fileiras dos países de democracia popular, mas essas tentativas estão votadas ao falhanço. Quando a política é feita contra os interesses do povo, não pode nem deve haver lugar para compromissos».[1]

No mesmo dia que V. Zorine, chegou também a Praga L. Steinhardt, embaixador dos Estados Unidos da América do Norte. Assim que chegou explicou-se perante os jornalistas norte-americanos: «Ainda não renunciei completamente à esperança de ver o governo checoslovaco reconsiderar, talvez um dia, da sua decisão e participar directamente no programa de reconstrução europeia».[2] A aceitação do plano Marshall pela Checoslováquia implicava, no entanto, certas transformações políticas internas, nas quais pensava, sem dúvida, L. Steinhardt. Por outro lado a sua chegada ao país permitiu a alguns homens políticos checoslovacos, não-comunistas, efectuar uma sondagem directa sobre uma

[1] Pravda (Moscovo) 22 de Fevereiro de 1948
[2] Svobodné Slovo 21 de Fevereiro de 1948

eventual tomada de posição por parte dos Estados Unidos.

L. Steinhardt veio, portanto, à Checoslováquia encarregado de uma missão análoga à de V. Zorine. Ambos deram a conhecer aos homens políticos checoslovacos a opinião dos seus respectivos governos. Os seus interesses na Checoslováquia chocavam-se mas, de qualquer modo, a realidade é que o Fevereiro de 1948 checoslovaco foi uma consequência da tensão interna e foi desencadeado por iniciativa das forças de direita. O seu esclarecimento foi obra exclusiva das forças internas. Entre outras numerosas provas, poderão ser citadas as seguintes palavras de R. Bruce Lockhart, eminente comentarista britânico e especialista de questões checoslovacas que, em Julho de 1948, escreveu: «Dado que a revolução foi desencadeada, por um concurso de circunstâncias, por iniciativa da oposição — e eu creio ser essa a interpretação correcta dos acontecimentos — deve concordar-se que a Rússia não provocou, nem decidiu do momento do seu desencadeamento se bem que, sem qualquer dúvida, tivesse podido forçar a decisão, de uma forma ou de outra, em qualquer momento que o julgasse útil.»[1]

[1] R. B. Lockhart, the Czechoslovak Revolution, Foreign Affairs, Julho de 1948

IV. FEVEREIRO DE 1948 EM RETROSPECTIVA

Fevereiro de 1948 significou a vitória decisiva, obtida pela classe operária sobre a burguesia, na luta pelo poder político; esta constatação define, da maneira mais geral, o lugar de Fevereiro de 1948 na história da Checoslováquia.

No entanto, do mesmo modo que em outros grandes embates políticos e conflitos de classes, a sua repercussão no campo dos vencedores foi diferente, e continua ainda hoje a sê-lo, diametralmente, da que teve nas fileiras dos vencidos pois, mesmo ao cabo de trinta e cinco anos, essa prova de forças entre dois campos antagónicos, continua a não pertencer ainda à história esquecida. Disso se dá conta, sobretudo, quando se tenta responder à questão de saber qual foi o carácter dos acontecimentos de Fevereiro e as suas verdadeiras razões.

Logo na declaração do seu presidium, datada de 20 de Fevereiro de 1948 o Partido Comunista da Checoslováquia

qualificou o conjunto dos três partidos, dos ministros demissionários, como «bloco anti-democrático, anti-popular e anti-socialista, cujo objectivo era derrubar o regime democrático popular e forçar a passagem do poder para as mãos da reacção reunida».[1]

Fácilmente se concebe que os interesses da classe burguesa tenham produzido, logo no decurso dos acontecimentos de Fevereiro, uma interpretação original das razões da crise ministerial e, mais tarde, uma sua avaliação geral de Fevereiro de 1948. A propaganda burguesa ocidental transformou os acontecimentos de Fevereiro de 1948 num tenebroso papão, que lhe serviu de pretexto para desencadear um dos períodos mais frenéticos da guerra fria e para intensificar a histeria anti-comunista. Logo em 26 de Fevereiro de 1948, a imprensa burguesa estrangeira citava particularmente o Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, Bidauld, que alertava contra «o perigo imenso que plana sobre a França e sobre a Europa, e contra o novo elemento de incalculável peso que ameaça a paz e cria uma situação internacional perigosa.»[2]

No mesmo dia o bem informado Washington Post anunciava as sanções económicas preparadas pelos EEUU contra a Checoslováquia, escrevendo que; 1°, o Export-Import Bank, governamental, «mataria» o crédito de 20 milhões de dollars, para as compras checoslovacas de algodão; 2°, a Secretaria de Estado das Finanças norte-americana, confiscava todos os bens checoslovacos nos Estados Unidos; 3°, o delegado norte-americano no Banco Mundial se pronunciaria contra o empréstimo de 350 milhões de dollars que esse banco deveria proporcionar ao nosso país; e 4°, que o delegado norte-americano no Fundo

[1] Rudé Právo, de 21 de Fevereiro de 1948
[2] New York Times, de 26 de Fevereiro de 1948

Monetário Internacional bloquearia qualquer eventual empréstimo à Checoslováquia, sob o pretexto de que apresentaria riscos, excessivos.[1] O imperialismo norte-americano acusou a União Soviética de ter engendrado o Fevereiro de 1948 e aproveitou a derrota da burguesia checoslovaca para justificar a criação da NATO e encarregar a ONU de resolver o que chamou «questão checoslovaca». Ainda em Abril de 1967, por exemplo, foi utilizado o papão de Fevereiro de 1948 para «justificar» o golpe militar na Grécia.

Seguidamente, serão indicadas pelo menos as principais tendências e os argumentos que mais vezes reaparecem nas interpretações burguesas sobre Fevereiro de 1948, tanto as apresentadas pelos diversos homens políticos burgueses como as aparecidas em toda a historiagrafia burguesa. Pode práticamente passar-se em silêncio sobre a corrente, relativamente periférica, dos emigrados burgueses checoslovacos constituida, em princípio, desde 1945 por homens políticos pro-fascistas ou hostís a Beneš (L. Prchala, K. Sidor, F. Ďurčanský e outros) que desde o início se recusaram a reconhecer o regime democrático popular e para os quais Fevereiro não representava mais do que a consequência da traição de E. Beneš e dos outros políticos burgueses. Os elementos mais reaccionários da historiagrafia sobre a Checoslováquia também, dentro desse contexto, acusavam toda a frente não-comunista, da Checoslováquia de antes de Fevereiro, de cumplicidade com o comunismo, de haverem mistificado a opinião pública ocidental sobre o carácter democrático do regime de democracia popular, de bajulação servil para com os políticos comunistas e de haverem colaborado com eles. Exprobavam particularmente os discursos e declarações daqueles, de entre os represen-

[1] Washington Post, de 26 de Fevereiro de 1948

tantes não-comunistas que, por essa época, haviam defendido a necessidade de cooperação entre a Checoslováquia e a União Soviética, a importância do tratado de aliança checoslovaca-soviética, etc. Esse tipo de historiadores burgueses foram incapazes de avaliar a verdadeira relação de forças de classe, na véspera da vitória de Fevereiro, pois negligenciavam inteiramente o papel das massas populares e as reais posições conquistadas pelo P.C.Ch. na vida política. Por isso chegaram a afirmar que deveria e poderia ter havido uma acção bastante mais firme contra os comunistas, como por exemplo levando o exército a revoltar-se, ou demitindo os ministros comunistas, etc.

No entanto, a maior parte dos representantes da frente histórica burguesa examinaram as causas do seu falhanço político, de Fevereiro de 1948, num contexto mais alto e chegaram à conclusão de que a principal razão dessa derrota tinha sido resultante da falta de reflexão e de faculdade de acção, dos políticos não-comunistas, durante os acontecimentos de Fevereiro, assim como de uma sobrestimação das suas possibilidades e das suas faculdades. Esse grupo de historiadores e homens políticos burgueses lança, também, uma grande parte da responsabilidade da derrota da frente burguesa sobre a pessoa de E. Beneš, principalmente porque a «solução presidencial» detinha um papel importante, no plano geral da burguesia; eles censuravam a Beneš o facto de, sob a pressão das massas, não haver mantido o seu primitivo acordo com os ministros demissionários e de assim ter facilitado, com base legal, a solução da situação de acordo com o plano estratégico geral do P.C.Ch. A maioria desses historiadores confessa que os comunistas dirigiram as massas muito consequentemente e reconhecem na demissão dos ministros não-comunistas uma atitude inapropriada e infeliz. Muitos de entre eles consideram que os esforços para resolver a crise através

de negociações foram erróneos tendo sido dado aos comunistas o tempo indispensável para organizarem as grandes manifestações populares e formar os Comités de Acção.

Mesmo assim, toda a literatura burguesa ocidental continua, até hoje, a ver no Fevereiro de 1948 um «putsch» comunista, eventualmente um golpe de Estado, de acordo com o apontado, pela primeira vez, em Abril de 1948, no relatório do Comité para os Negócios Estrangeiros do Congresso norte-americano. Torna-se portanto necessário responder à questão de saber o que foi, na realidade, Fevereiro de 1948. Antes de proceder a uma análise detalhada, tentemos definir exactamente a noção de «putsch». Consultando não importa que enciclopédia, concluimos que o termo «putsch» designa o derrube do governo legal; por vezes confunde-se «putsch» com golpe de Estado de carácter, eventualmente, legal. Em princípio, o «putsch» modifica profundamente as relações de força existentes, em favor de uma estreita camada da população. Assim, torna-se absolutamente claro que, esses ditos historiadores, só utilizando argumentos totalmente falsos e manipulações arbitrárias, podem defender a tese anti-científica de que Fevereiro de 1948 teria sido um «putsch» comunista.

Abranger e explicar Fevereiro de 1948 baseando-se, tão sómente, sobre os acontecimentos do momento é totalmente impossível. Para que se compreenda porquê essa «banal» crise ministerial — para mais desencadeada por um diferendo de secundária importância — se converteu numa crise nacional, onde se jogou o futuro carácter do Estado e a sua futura evolução, é necessário familiarizar-se com o desenvolvimento das precedentes etapas da revolução. Não há qualquer dúvida de que, desde 1945, a Checoslováquia estava empenhada na via do socialismo. Os princípios fundamentais da edificação da República Democrática

Popular fixados, principalmente, no Programa Governamental de Košice e depois no Programa de Governo de Gottwald, determinavam claramente que a evolução social deveria conduzir ao socialismo. Esses princípios foram aprovados, também, por todos os outros partidos não-comunistas, agrupados no seio da Frente Nacional, e aos quais o P.C.Ch. teve muitas vezes de recordar esse compromisso que eles haviam contratado voluntáriamente. Quando se aproximava a crise, A. Zápotocký, mais uma vez o recordou de forma aberta, em 11 de Dezembro de 1947, no seu discurso perante a Assembleia Nacional: «O Nosso Partido Comunista . . . tem afirmado e continua a manter que não encara de modo algum a denúncia dos acordos concluídos aquando da Revolução Nacional, da Insurreição e da Resistência e que foram assinados por todos os partidos membros da Frente Nacional. A nova República Checoslovaca foi erigida sobre os princípios da democracia popular. E para não deixar planar qualquer dúvida sobre o que se deve entender por democracia popular, reporto-me à declaração do Presidente E. Beneš, que afirmou que «por democracia popular deve entender-se democracia socializante». Sim, foi sobre essa base que o acordo foi concluído . . . O objectivo desse acordo foi evitar novas lutas e novas vítimas, sem no entanto evitar o socialismo. Todos nós queremos e todos nos empenhámos e prometemos edificar a democracia popular; para aí chegar, em cooperação fraternal, sem vítimas nem lutas inúteis é necessário que todos mantenhamos as promessas que recíprocamente nos fizemos, nas jornadas revolucionárias.»[1]

Na realidade, no entanto, cedo se demonstrou que os representantes da burguesia nos partidos não-comunistas,

[1] A. Zápotocký, Unidade dos Sindicatos, apoio da luta pelo socialismo, pag. 135

só passageiramente se haviam conformado com o movimento revolucionário, pois tinham acreditado que a revolução acabaria caindo em dificuldades, que eles aproveitariam para travar e jugular o progresso. A realização das novas transformações sócio-económicas e, em particular, a satisfação das reivindicações sociais das massas trabalhadoras, em detrimento das camadas afortunadas, eram consideradas inaceitáveis pela burguesia. Para impedir, tal evolução das coisas, a reacção lançou-se, pouco a pouco, na organização de uma frente política e social unificada, dirigida contra a classe operária. Assim, o desenvolvimento geral da revolução modificou a atitude da burguesia que, de efémero antigo aliado, se transformou em aberto inimigo da revolução. Paulatinamente, foi-se constituindo um bloco anti-comunista que, no quadro de relação de forças existente no interior do país e no estrangeiro, procurava abalar as posições políticas dos comunistas, propondo-se como objectivo final derrubar o regime de democracia popular. Tão só a formação desse bloco anti-comunista e sobretudo as suas actividades, desde logo, assinalavam claramente que as direcções reaccionárias dos partidos socialista nacional, popular e democrático abandonavam a plataforma da Frente Nacional para passarem a uma aberta oposição destrutiva minando um dos pilares fundamentais da democracia popular. Após a demissão dos seus representantes no governo, os dirigentes desses partidos estavam convencidos de que a crise ministerial seria resolvida através de negociações entre o Presidente da República, o Primeiro Ministro e as direcções dos partidos políticos. Tratava-se portanto de uma tentativa de resolver a crise ministerial, não através dos princípios do poder popular mas, recorrendo às velhas práticas da república de antes-de-Munique. O próprio facto de, durante Fevereiro de 1948, não ter sequer sido convocada a sessão da

Assembleia Nacional, prova que o bloco governamental anti-comunista apostava, após as demissões, preferencialmente numa solução «presidencial» da crise que na sua solução constitucional.

Partindo de todas estas realidades conhecidas, a historiografia marxista considera — de acordo com o ponto de vista do Partido Comunista da Checoslováquia — o Fevereiro de 1948 como o falhanço de um golpe de força contra-revolucionário numa tentativa dos elementos burgueses para derrubarem o regime de democracia popular. Acrescente-se, ainda, que esse falhanço acelerou a revolução socialista.

A atitude da classe operária e do P.C.Ch. face à democracia popular checoslovaca era, desde o início, absolutamente positiva. Os comunistas estavam interessados no desenvolvimento da revolução e no aprofundamento do seu conteúdo socialista, de onde decorre, por consequência, que o P.C.Ch. não poderia ter qualquer interesse em realizar um golpe de Estado que transformasse a situação existente mas, antes pelo contrário, estava interessado em modificações susceptíveis de aprofundar o processo revolucionário através da entrega de uma parte do poder político nas mãos da classe operária, para que esta pudesse exercer o seu papel dirigente ainda com mais resolução. A evolução nesse sentido era uma consequência lógica do desenvolvimento do processo revolucionário então em curso.

Com o objectivo de dissimular ao máximo o facto de a política do P.C.Ch. ter o apoio das largas massas trabalhadoras, a propaganda burguesa cita, frequentemente, como principal causa do pseudo «putsch» comunista, o pretenso receio do P.C.Ch. de uma derrota nas eleições a realizarem-se em Maio de 1948. Mas, já havia começado a preparar-se para as eleições a partir de Janeiro de 1947, quando lançou a palavra de ordem «Pela maioria da

população». Durante 1947, os comunistas conseguiram desmascarar completamente o verdadeiro rosto da burguesia e dos seus porta-vozes políticos e assegurar o apoio das diversas camadas, através da luta pela protecção dos seus interesses. Na sessão de Novembro de 1947, o C.C. do P.C.Ch. já havia examinado as medidas concretas de procedimento durante o período pré-eleitoral, acentuando a necessidade de enfraquecer ainda mais as posições económicas da burguesia (supressão do comércio capitalista por grosso, promulgação de novas nacionalizações, realização de uma nova etapa da reforma agrária, etc.). Para, nas eleições, paralizar a burguesia também no plano político, devia ser proclamado um programa eleitoral unificado, de todas as forças progressistas, na base do qual, até mesmo, era encarada a eventual organização de uma lista comum de candidatos. Em Janeiro de 1948, quando era já evidente que a burguesia se preparava para atacar o governo da Frente Nacional, os comunistas estabeleceram contactos com alguns dirigentes dos outros partidos políticos e informaram-nos sobre a preparação de uma lista comum de candidatos. Esta não foi, no entanto, senão uma das modalidades dos preparativos para as eleições.

Além dessas disposições, dos dirigentes do Partido Comunista da Checoslováquia, as organizações de distrito e regionais do P.C.Ch. procederem a uma sondagem prévia, aproximativa, dos resultados eleitorais, na base de listas independentes dos candidatos comunistas. Segundo essas sondagens, o P.C.Ch. totalizaria 55 % dos sufrágios. Recorde-se que uma sondagem semelhante, efectuada pelo P.C.Ch. antes das eleições de 1946, diferiu muito pouco dos resultados oficialmente registrados (3 %). O partido socialista nacional não organizou qualquer acção similar e as suas estimativas optimistas baseavam-se, sobretudo, nos resultados eleitorais registrados nalgumas associações estudantis,

nas quais os socialistas nacionais e os membros do partido popular tinham obtido 50 a 70 % dos votos. Era sobre essa base que eles supunham póder obter a vitória, também, no plano nacional. O partido socialista nacional, já antes das eleições de 1946, havia elaborado uma estimativa baseada no mesmo tipo de cálculos mas, finalmente, não tinha obtido mais que 18 % dos sufrágios contra os 38 % obtidos pelo P.C.Ch.

Hoje essas estimativas não podem já ser plenamente confirmadas, nem inteiramente rejeitadas, no entanto pode-se aprender bastante examinando a evolução da situação nessa época. Basta saber-se que, no princípio de 1948, tinha começado a desenvolver-se em vasta escala, a acção «30 milhões de horas para a República» organizada por iniciativa do P.C.Ch., que a restrição ao comércio por grosso teve o apoio geral das massas, que as exigências formuladas pelo Congresso dos Conselhos de empresa tiveram uma grande repercussão, que o número dos Comités de Acção da Frente Nacional aumentava a um ritmo vertiginoso e que, do lado contrário, os socialistas nacionais (e ainda menos o partido popular e o partido democrático) não conseguiam atingir os objectivos, que se tinham fixado, no plano de recrutamento de novos membros, que não tinham sabido organizar, em Janeiro e Fevereiro, qualquer acção importante e que essa incapacidade organizacional e esse grande isolamento político se manifestaram principalmente durante os acontecimentos de Fevereiro. Um bom testemunho, sobre os sentimentos então experimentados pelos políticos reaccionários, foi expressado no exílio pelo presidente do partido democrático, J. Lettrich, ao afirmar o seguinte:

«Os não-comunistas foram, em Fevereiro, colocados perante esta alternativa: ou permitir aos comunistas que prosseguissem os seus preparativos para obter a maioria dos votos, ou opôr-se-lhes e desencadear uma crise ministerial. Os não-comunistas escolheram a crise ministerial».[1]

Tal como ressalta, claramente, de tudo o que acaba de ser exposto, não eram os comunistas que tinham medo das eleições, mas sim os políticos reaccionários que se apercebiam de que os Congressos dos Conselhos de empresa e das Comissões Campesinas, então convocados, constituiam os primeiros passos sérios dos comunistas no período pré-eleitoral, por isso — práticamente por medo de perderem as eleições — eles desencadearam a crise ministerial.

Além dos meios parlamentares, o P.C.Ch. utilizou, em Fevereiro, meios extra-parlamentares. O quadro constitucional foi ultrapassado, nomeadamente pelas actividades dos Comités de Acção e pela criação das unidades das Milícias Populares, que constituiam o elemento dissuasor nos acontecimentos de Fevereiro e aos quais houve recurso para impedir o prolongamento inútil da crise, o que poderia ter resultado numa guerra civil. Essas disposições revolucionárias foram uma consequência directa, não sómente da situação concreta mas, também, do facto de se ter constatado que eram a revolução e as conquistas democráticas populares, já adquiridas, que estavam então em jogo. Graças, justamente, à aplicação desses elementos revolucionários, o Partido Comunista, pôde assegurar o coroamento pacífico do processo de passagem da revolução nacional e democrática à revolução socialista. Pelo seu carácter, os acontecimentos de Fevereiro constituiram, simultâneamente, uma solução pacífica de crise ministerial e uma solução revolucionária da crise política geral.

A prova de forças de Fevereiro de 1948 não era inevitável pois, com efeito, ela poderia ter tido um desen-

[1] J. Lettrich, History of Modern Slovakia, New York 1951, pag. 157

volvimento diferente e haver-se produzido noutra altura. O P.C.Ch. contava que esse enfrentamento decisivo só tivesse lugar nas eleições de Maio de 1948. No entanto, a luta de classes tem o seu próprio dinamismo, nela não se pode prever, de um modo absolutamente seguro, o futuro decorrer dos acontecimentos, pois as disposições e os meios utilizados pelo adversário político podem influir, muitas vezes de maneira decisiva, sobre o conjunto da situação. A fortuita demissão dos ministros reaccionários é um desses casos, pois ela denunciou os propósitos da reacção para derrubar o regime político existente.

Enquanto que o desenvolvimento concreto dos acontecimentos de Fevereiro de 1948 poderia ter tido diversas variantes, o resultado dessa prova teria sido sempre o mesmo. As demissões foram uma circunstância fortuita, mas a resultante dessa luta de três dias era uma necessidade ditada pela evolução lógica das coisas. Por isso se pode afirmar que, como prova decisiva de forças entre a classe operária e a burguesia, o Fevereiro era inevitável, pois representava a resultante de todos os factores então em jogo. Pois que, no final de contas, os motivos que impelem as classes, os partidos políticos e os seus chefes também não são fortuitos, mas exprimem uma determinada tendência que é decorrente da sua situação e dos seus interesses específicos e que é conforme com as leis que regem a evolução das coisas.

Há ainda que responder a uma questão de uma grande actualidade, ou seja, quais foram o papel e o lugar de Fevereiro de 1948 na revolução checoslovaca de 1944—1948. As interpretações revisionistas de Fevereiro de 1948 (principalmente na segunda metade dos anos sessenta) estavam, com efeito, estreitamente ligadas às explicações deformadas da substância da pseudo via específica da

Checoslováquia para o socialismo, que teria sido seguida pelo Partido Comunista da Checoslováquia.

Logo no decorrer da luta pela libertação nacional, o P.C.Ch. se começou a orientar para a passagem pacífica e progressiva ao socialismo. Esta orientação, consequente para a revolução nacional e democrática e para a sua passagem progressiva à revolução socialista, constituia a base do período de 1944—1948 na Checoslováquia. Essas condições, para uma passagem pacífica ao socialismo, poderam ser criadas graças à vitória da União Soviética sobre a Alemanha fascista, à libertação da Checoslováquia pelo Exército Soviético e à favorável situação interna do país. A via checoslovaca para o socialismo constituia, pois, um dos casos particulares de edificação do socialismo, cuja procura V. I. Lénine recomendava aos Partidos Comunistas. No período de 1944 a 1948, os dirigentes do P.C.Ch., muitas vezes, sublinharam que o verdadeiro sentido da linha de conduta adoptada pelo P.C.Ch. era evitar os confrontos, o caos e as agitações inúteis mas, ao mesmo tempo, velar rigorosamente pela evolução socialista do país. Ressalta desta concepção geral do P.C.Ch. que a vitória do socialismo devia ser assegurada pela via da passagem pacífica do poder para as mãos da classe operária. O Partido Comunista aproveitou da situação favorável mas, desde o início, estava consciente de que, apesar das condições diferentes de edificação do socialismo, seriam aplicados também na Checoslováquia os princípios gerais da passagem do capitalismo ao socialismo, tal como formulados por V. I. Lénine, através da generalização dos principais traços da Grande Revolução Socialista de Outubro. O P.C.Ch. sabia, e não cessava de sublinhá-lo, que a revolução checoslovaca fazia parte integrante da revolução socialista mundial, que o movimento revolucionário

devia, certamente, responder à situação concreta mas que, no seu resultado, ele devia — tanto pelo seu conteúdo como sob o ponto de vista temporal — coincidir com as revoluções nos outros países de democracia popular. Eis em princípio, a substância da política do P.C.Ch.

Contràriamente, os revisionistas atribuiam à noção, de «via especìficamente Checoslovaca para o socialismo», um sentido totalmente diferente, afirmando que essa via havia já sido percorrida durante o movimento socialista procedente e que a revolução de 1944—1945 era já uma revolução socialista. Decorria dessa concepção que o sistema sócio-político após 1945 representaria, no fundo, o modelo acabado do socialismo checoslovaco cujos dois principais traços seriam o pluralismo político e a coexistência de vários sectores económicos.

As considerações sobre o modelo checoslovaco de socialismo apareceram na Checoslováquia depois que alguns partidos comunistas europeus começaram, no quadro dos preparativos dos seus próprios programas, a discutir essas questões. A retomada automática dessas considerações e a sua aplicação a acontecimentos passados constituiam o primeiro erro fundamental, de onde em seguida lògicamente decorriam numerosos outros.

Sob o ponto de vista metodológico, o erro consistia sobretudo, em que se comparava o que não era comparável. Basta, com efeito, examinar a situação internacional de então para constatar que o período de 1944 a 1948 se desenrolava num quadro que diferia diametralmente daquele que caracterizou o período a partir da segunda metade dos anos cinquenta, quando o sistema socialista mundial começou a influenciar de um modo decisivo sobre a evolução do mundo inteiro. Por razões análogas, tão pouco se podia comparar mecânicamente as situações políticas internas que, em grande medida, dependem da

situação social de cada uma das respectivas classes e camadas. Enquanto que, na Checoslováquia de após-guerra, o problema crucial era assegurar a alimentação da população em produtos base, na Europa Ocidental actual, os partidos comunistas teem de ter em conta o carácter e a acuídade, diferentes, da tensão social decorrente do nível actual da sociedade capitalista. A essas particularidades veem ainda juntar-se diversos factores subjectivos.

Em conclusão pode então dizer-se que as construções voluntaristas sobre o «modelo Checoslovaco do socialismo» violaram o princípio fundamental da metodologia marxista, que exige uma análise concreta de cada situação concreta. Além disso, essas construções baseavam-se sobre uma interpretação arbitrária do geral e do particular na revolução, dando muitas vezes o particular pelo geral e o geral pelo particular. Seguindo o curso da revolução na Checoslováquia e nos outros países de democracia popular, pode afirmar-se que, apesar das numerosas possibilidades variadas, a partir das quais se pode abordar o problema da realização prática da revolução socialista, é sempre possível encontrar em cada uma delas traços comuns predominantes que, mais uma vez, confirmam a validade geral das leis que regem a passagem do capitalismo ao socialismo.

Fevereiro de 1948 decidiu definitivamente a questão fundamental da revolução — a da vitória na prova decisiva de forças entre a classe operária e a burguesia. O poder político passou, para sempre, para as mãos da classe operária. Se, em Maio de 1945, se produziu um volte-face importante na história da Checoslováquia que, então, se empenhou na via da construção progressiva do socialismo, Fevereiro de 1948 não sòmente confirmou, de uma vez por todas, essa orientação, como acelerou ainda mais considerávelmente a sua realização. O regime democrático popular começou a desempenhar as funções de ditadura do proleta-

riado, criando assim as condições fundamentais indispensáveis para a edificação do socialismo no nosso país.

Na sessão do C.C. do P.C.Ch., de Abril de 1948, K. Gottwald avaliou os resultados da vitória de Fevereiro, do seguinte modo:

«Em Fevereiro — se considerarmos o assunto no plano político interno — tratava-se de saber se a evolução da nossa democracia popular iria continuar com sucesso na via do socialismo ou se iria parar, se se produziria uma reviravolta, denunciando o retorno aos tempos de antes-de-Munique, à época do capitalismo. E, assim como o ano de 1920 decidiu, após a Primeira Guerra Mundial, a futura evolução da República de antes-de-Munique, também Fevereiro de 1948 decidiu da evolução da República democrática popular libertada. Só os resultados foram contrários; enquanto que Dezembro de 1920 marcou a vitória final da reacção e o começo da consolidação do regime capitalista, Fevereiro de 1948 constituiu a derrota decisiva da reacção, a consolidação do regime de democracia popular e o desimpedimento da via para a edificação acelerada do socialismo».[1]

A vitória de Fevereiro consolidou, ao mesmo tempo, a posição da Checoslováquia no plano da política externa, estreitando também a sua orientação para com a União Soviética e os outros países de democracia popular. Apesar de toda a Frente Nacional ter tomado, no Programa Governamental de Košice, o compromisso de que «o Tratado Checoslovaco-Soviético de assistência, amizade e cooperação de após-guerra, assinado em 12 de Dezembro de 1943, determinaria, de uma vez por todas, a orientação política externa do nosso Estado», a tentativa das forças reaccionárias, para derrubar o regime político vigente,

[1] K. Gottwald, obras, tomo XIV, Praga 1958, pag. 353

visava quebrar esse compromisso e integrar a Checoslováquia no, então em formação, bloco Oeste-Europeu de países capitalistas. Fevereiro de 1948 pôs fim a todas essas tentativas da burguesia e lançou os alicerces duradouros de aliança e de amizade Checoslovaca-Soviética. O triunfo dessa orientação política externa permitiu, também, à Checoslováquia juntar-se à comunidade dos países socialistas, que nessa época se constituia e que forma hoje o sistema socialista mundial.

Os acontecimentos de Fevereiro confirmaram o acerto e a eficácia da política do Partido Comunista da Checoslováquia que, nessas jornadas movimentadas, manifestou de forma expressiva a sua autoridade social e o seu papel dirigente. O crédito do P.C.Ch. aumentou após a vitória sobre a burguesia e tornou-se um dos factores determinantes dos novos sucessos de edificação socialista na Checoslováquia.

O Partido Comunista pode assegurar a vitória da classe operária e dos outros trabalhadores porque se apoiava consequentemente na teoria revolucionária que o guiava nas suas actividades de todos os dias. A linha de conduta do Partido em 1944—1948 mostra, claramente, que o P.C.Ch. havia assimilado perfeitamente a doutrina marxista-leninista e que sabia aplicá-la de um modo criativo nas condições checoslovacas concretas. Fevereiro de 1948 demonstrou plenamente que a aplicação consequente do marxismo-leninismo permitiu ao Partido imprimir uma direcção correcta à total evolução social e atingir sucessivamente os objectivos estratégicos fixados. Pertencendo um mérito particularmente grande, na elaboração da linha geral e na sua realização prática, a Klement Gottwald, presidente do P.C.Ch.

Tal como todos os outros acontecimentos históricos relevantes, Fevereiro de 1948 concentra, como um cadinho,

a soma dos ensinamentos e da experiência adquiridos no passado, permitindo explicar, numa síntese dramática, a essência do movimento político no decurso da história Checoslovaca mais recente. Fevereiro de 1948 faz hoje parte do acervo de experiências acumuladas pela classe operária e pelo Movimento Comunista internacional. O P.C.Ch. sempre se considerou um elo do movimento comunista internacional, colhendo experiência e recebendo assistência dos partidos comunistas irmãos, principalmente do Partido Comunista da União Soviética e vendo nos seus êxitos uma contribuição para a luta comum pela vitória do socialismo no mundo inteiro. Por isso Fevereiro de 1948 ocupa — ao lado da Comuna de Paris, da Grande Revolução Socialista de Outubro, das vitórias alcançadas pelos outros países de democracia popular e de outras revoluções vitoriosas — um grande lugar de honra na história do movimento comunista internacional, como fonte valiosa de ensinamentos adquiridos na edificação pacífica do socialismo no nosso país. Engloba não sómente uma rica experiência concreta, que provávelmente não voltará a repetir-se, mas também os traços comuns que, uma vez mais, reconfirmaram a validade e a viabilidade do marxismo-leninismo, enriquecendo simultaneamente, com uma experiência nova, todo o movimento comunista internacional.

Mais de trinta e cinco anos se passaram já, depois dos acontecimentos de Fevereiro de 1948, o que é um ápice na vida dos povos. Apesar disso, este recuo no tempo forneceu, também, uma resposta convincente sobre o significado de Fevereiro de 1948 para a Checoslováquia.

Sob a direcção da classe operária, conduzida pelo Partido Comunista da Checoslováquia, foram operadas, no decorrer deste período de edificação socialista, transformações fundamentais no conjunto da estrutura económica e social

do país: os meios de produção na indústria foram inteiramente socializados, introduziu-se a grande produção agrícola socialista, fundou-se e desenvolveu-se o comércio socialista, suprimiu-se para sempre o desemprego, a fome e a miséria, melhorou-se notávelmente as condições de vida, assim como o nível material e cultural das massas trabalhadoras. Por outro lado, resolveu-se com êxito — no espírito do internacionalismo proletário, no princípio da igualdade absoluta e da organização federal — o problema crucial das relações entre as duas nações irmãs, os Checos e os Eslovacos. Tudo isto fornece não sómente uma prova eloquente das vantagens e da força da República Socialista Checoslovaca como país de operários, camponeses e intelectuais, mas mostra também que a luta vitoriosa de Fevereiro de 1948, pela defesa dos interesses da classe operária era, simultaneamente, uma luta pela protecção dos interesses dos outros assalariados e que, de par com a libertação da classe operária, estava também a libertação de todos os outros trabalhadores.

PREFÁCIO

I. A Checoslováquia no período de 1944 a 1947 ___ 7

II. Na passagem de 1947 a 1948 ___ 29

III. Fevereiro de 1948 ___ 53

1. Objectivos e tácticas ___ 53
2. Participação das massas trabalhadoras nos acontecimentos de Fevereiro de 1948 ___ 60
3. Papel das forças armadas ___ 70
4. O Presidente da República e a Assembleia Nacional ___ 75
5. Fevereiro de 1948 considerado no contexto internacional ___ 84

IV. Fevereiro de 1948 em retrospectiva ___ 87

Miroslav Bouček, Miloslav Klimeš

O FEVEREIRO DE 1948 NA CHECOSLOVÁQUIA

Tradução: B. Macêdo

Capa e apresentação: Vladimír Procházka

Fotos: Arquivos do Instituto de Marxismo-Leninismo do C.C. do P.C.Ch.

Trabalhos de redacção terminados em setembro de 1983

Editado pela Agência de Imprensa Orbis, Praga 1984

12-036-84 02/610 TA 184/16

Chegada a Praga do Governo Checoslovaco, 10 de Maio de 1945

Entrega solene das terras dos ocupantes e traidores aos camponeses

▷

Proclamação solene da nacionalização das indústrias chave, 25 de Outubro de 1945

As empresas industriais ajudam os campos

O 1º de Maio de 1946 em Praga

Chegada a Praga de L. Steinhardt, 19 de Fevereiro de 1948

◁

Manifestação de protesto contra as manobras da reacção, 22 de Setembro de 1947 em Bratislava

Chegada a Praga de V. Zorine, 19 de Fevereiro de 1948

Reunião dos operários de Vysočany, participantes na manifestação popular de 21 de Fevereiro de 1948

Manifestação popular na Praça da Cidade-Velha de Praga, 21 de Fevereiro de 1948

Discurso de Klement Gottwald em Praga, 21 de Fevereiro de 1948

G. Husák discursando em Bratislava, 21 de Fevereiro de 1948

Manifestação em Brno, 21 de Fevereiro de 1948

Congresso dos Comités de empresa, 22 de Fevereiro de 1948

O general L. Svoboda discursando perante a Assembleia Constituinte do Comité de Acção Central da Frente Nacional, 23 de Fevereiro de 1948

A Delegação do P.C.Ch. com o Presidente Beneš, em 25 de Fevereiro de 1948 (da esquerda para a direita, sentados: E. Beneš, A. Zápotocký, K. Gottwald, V. Nosek)

◁

Greve geral na fábrica ČKD Vysočany, 24 de Fevereiro de 1948

Sessão do Comité de Acção Central da Frente Nacional, em 25 de Fevereiro de 1948

Reunião dos trabalhadores de Praga no dia da formação do novo governo, 25 de Fevereiro de 1948

Juramento do novo governo de Gottwald, 27 de Fevereiro de 1948